

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	11
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	14
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	59
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	61
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	62
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	64
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	66
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	68

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	53.482.129
Preferenciais	35.118.455
Total	88.600.584
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	09/08/2018	Juros sobre Capital Próprio	02/10/2018	Preferencial		0,23575

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	12.305.782	12.089.970
1.01	Ativo Circulante	7.233.873	7.631.873
1.01.01	Disponibilidades	5.431	2.694
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.688.391	988.163
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	875.008	297.456
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	813.383	690.707
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	3.027.599	3.849.721
1.01.03.01	Carteira Própria	2.250.809	2.073.564
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	680.251	1.651.757
1.01.03.04	Vinculados a Prestação de Garantias	94.012	123.847
1.01.03.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.527	553
1.01.04	Relações Interfinanceiras	15.711	6.169
1.01.04.02	Repasse Interfinanceiros	15.711	6.169
1.01.06	Operações de Crédito	1.374.458	2.053.380
1.01.06.02	Carteira - Setor Privado	1.404.816	2.070.479
1.01.06.04	(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	-30.358	-17.099
1.01.08	Outros Créditos	1.121.427	731.304
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	179.016	156.576
1.01.08.02	Rendas a Receber	3.659	2.950
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	784	572
1.01.08.04	Diversos	957.474	585.073
1.01.08.05	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-19.506	-13.867
1.01.09	Outros Valores e Bens	856	442
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	46	46
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	810	396
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.174.293	3.574.029
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.852.608	2.658.533
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.852.608	2.658.533
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	490.893	138.932
1.02.02.01	Carteira Própria	482.058	138.501
1.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	8.835	431
1.02.05	Operações de Crédito	734.532	680.409
1.02.05.02	Carteira - Setor Privado	748.630	698.906
1.02.05.04	(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	-14.098	-18.497
1.02.07	Outros Créditos	96.257	96.149
1.02.07.01	Diversos	96.257	96.149
1.02.08	Outros Valores e Bens	3	6
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	3	6
1.03	Ativo Permanente	897.616	884.068
1.03.01	Investimentos	890.366	877.542
1.03.01.02	Participações em Controladas	890.313	877.489
1.03.01.02.01	No País	890.313	877.489
1.03.01.04	Outros Investimentos	242	242
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-189	-189
1.03.02	Imobilizado de Uso	6.084	5.217
1.03.02.01	Imóveis de Uso	2.897	2.897

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	10.801	9.904
1.03.02.03	(Depreciação Acumulada)	-7.614	-7.584
1.03.04	Intangível	1.166	1.309
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	2.485	2.461
1.03.04.02	(Amortização Acumulada)	-1.319	-1.152

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	12.305.782	12.089.970
2.01	Passivo Circulante	5.346.759	6.125.530
2.01.01	Depósitos	1.569.590	1.742.579
2.01.01.02	Depósitos Interfinanceiros	1.489.019	1.680.301
2.01.01.03	Depósitos a Prazo	80.571	62.278
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.495.110	1.650.561
2.01.02.01	Carteira Própria	680.043	1.650.561
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	815.067	0
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.650.926	1.476.894
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias,Hipotecárias, de Crédito e Similares	1.650.926	1.476.894
2.01.05	Relações Interdependências	22.279	21.012
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	22.279	21.012
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	181.983	292.673
2.01.06.01	Empréstimos no País - Outras Instituições	0	145.462
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	181.983	147.211
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	361.117	838.224
2.01.07.01	BNDES	236.043	675.801
2.01.07.02	FINAME	125.074	162.423
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	15.705	6.113
2.01.09	Outras Obrigações	50.049	97.474
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.144	53.407
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	340	1.369
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	4.761	434
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	13.462	14.739
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	4.445	5.089
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	661	1.158
2.01.09.07	Diversas	25.236	21.278
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.540.917	4.549.123
2.02.01	Depósitos	39.526	11.211
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	10.314	0
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	29.212	11.211
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.661.171	3.986.937
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias,Hipotecárias, de Crédito e Similares	4.661.171	3.986.937
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	309.896	0
2.02.06.01	Empréstimos no País	309.896	0
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	507.739	526.036
2.02.07.01	BNDES	213.981	139.719
2.02.07.02	FINAME	293.758	386.317
2.02.09	Outras Obrigações	22.585	24.939
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	53	3
2.02.09.03	Fiscais e Previdenciárias	216	705
2.02.09.04	Diversas	22.316	24.231
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	6.256	9.849
2.03.01	Resultados de Exercícios Futuros	6.256	9.849

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.05	Patrimônio Líquido	1.411.850	1.405.468
2.05.01	Capital Social Realizado	679.000	653.000
2.05.01.01	De Domiciliados no País	628.843	604.177
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	50.157	48.823
2.05.02	Reservas de Capital	12.264	13.549
2.05.02.01	Reserva de Capital	12.264	14.167
2.05.02.02	Ações em Tesouraria	0	-618
2.05.04	Reservas de Lucro	730.787	738.658
2.05.04.01	Legal	91.435	90.115
2.05.04.02	Estatutária	604.908	614.099
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	34.444	34.444
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-10.201	261
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-10.201	261

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	223.864	417.266	252.748	550.955
3.01.01	Operações de Crédito	60.239	122.065	68.442	142.914
3.01.02	Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	126.593	257.164	183.085	415.098
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	9.672	7.802	-6.945	-17.733
3.01.05	Resultado de Operações de Câmbio	27.360	30.235	8.166	10.676
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-220.110	-399.952	-236.174	-517.415
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-145.870	-295.268	-194.331	-433.904
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-64.462	-87.233	-44.099	-73.296
3.02.05	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	0	0	-230	-574
3.02.06	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-9.778	-17.451	2.486	-9.641
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	3.754	17.314	16.574	33.540
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	6.242	12.223	4.223	7.083
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	11.841	25.155	8.218	16.650
3.04.02	Despesas de Pessoal	-15.214	-31.132	-14.172	-29.256
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-9.040	-17.647	-9.256	-18.032
3.04.04	Despesas Tributárias	-1.903	-4.239	-1.719	-4.353
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	13.857	26.995	12.524	25.141
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-2.055	-4.514	-2.189	-3.715
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	8.756	17.605	10.817	20.648
3.05	Resultado Operacional	9.996	29.537	20.797	40.623
3.06	Resultado Não Operacional	24	44	12	38
3.06.01	Receitas	24	48	26	52
3.06.02	Despesas	0	-4	-14	-14
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	10.020	29.581	20.809	40.661
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	3.100	-1.356	3.835	4.224
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	451	-2.068	1.112	-3.142
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	348	-1.760	848	-2.744
3.08.03	Ativo Fiscal Diferido	2.301	2.472	1.875	10.110

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.09	IR Diferido	74	98	-861	-2.627
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-972	-1.915	-903	-1.808
3.10.01	Participações	-972	-1.915	-903	-1.808
3.10.01.01	Empregados	-972	-1.915	-903	-1.808
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	12.222	26.408	22.880	40.450
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,13795	0,29806	0,25728	0,45485

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	12.222	26.408	22.880	40.450
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-10.041	-10.462	-633	-1.973
4.02.01	Resultado de avaliação a mercado de títulos disponíveis para Venda	-10.041	-10.462	-633	-1.973
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.181	15.946	22.247	38.477

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	632.899	-1.127.482
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	28.500	29.378
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	26.408	40.450
6.01.01.02	Depreciação e Amortizações	668	541
6.01.01.03	Res. Avaliação Invest. Método Eq. Patr.	-17.605	-20.648
6.01.01.04	Prov. p/Créditos Liquidação Duvidosa	17.451	9.641
6.01.01.05	Ajuste de Prov. Passivos Contingentes	1.594	1.235
6.01.01.06	Ajuste de Atualização de Depósito Judicial	-16	-1.841
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	604.399	-1.156.860
6.01.02.01	(Aum.) Red. em Tít. e Valores Mobiliários	541.743	-650.774
6.01.02.02	(Aum.) Red. Aplic. Interfinanceiras de Liquidez	-354.017	374.706
6.01.02.03	(Aum.) Red. Operações de Crédito	612.986	57.459
6.01.02.04	(Aum.) Red. Outros Créditos	-395.102	45.434
6.01.02.05	(Aum.) Red. Outros Valores e Bens	-411	-253
6.01.02.06	(Aum.) Red. Relações Interfinanceiras	-9.542	-6.000
6.01.02.07	Aum. (Red). Relações Interdependências	1.267	-2.612
6.01.02.08	Aum. (Red). Depósitos	-144.674	-587.177
6.01.02.09	Aum. (Red). Captações no Mercado Aberto	-155.451	301.663
6.01.02.10	Aum. (Red). Recursos Aceites Emissão de Títulos	848.266	-546.634
6.01.02.11	Aum. (Red). Obrigação por Empréstimos e Repasses	-286.606	-73.648
6.01.02.12	Aum. (Red). Instrumentos Financeiros Derivativos	-52.213	8.409
6.01.02.13	Aum. (Red). Outras Obrigações	6.885	-72.913
6.01.02.14	Aum. (Red). Resultado Exercícios Futuros	-3.593	-1.392
6.01.02.15	Pagamentos de I. Renda e C. Social	-5.139	-3.128
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-79.406	957.042
6.02.03	Aquisição de Imobilizado de Uso	-1.367	-486
6.02.04	Aplicações no Intangível	-25	-557
6.02.07	Juros s/capital próprio recebidos	257	2.380
6.02.10	Alienação de Imobilizado de Uso	0	17
6.02.11	Titulos Mantidos até o vencimento	-78.271	955.688
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.470	-11.504
6.03.01	Aquisição de Ações Próprias	-1.285	0
6.03.02	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-9.185	-11.504
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	543.023	-181.944
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	340.037	774.841
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	883.060	592.897

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	653.000	13.549	0	738.658	0	261	1.405.468
5.03	Saldo Ajustado	653.000	13.549	0	738.658	0	261	1.405.468
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	26.408	0	26.408
5.05	Destinações	0	0	0	0	-8.279	0	-8.279
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-8.279	0	-8.279
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	18.129	-18.129	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-10.462	-10.462
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-10.462	-10.462
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	26.000	0	0	-26.000	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	-1.285	0	0	0	0	-1.285
5.13	Saldo Final	679.000	12.264	0	730.787	0	-10.201	1.411.850

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	622.700	14.167	0	717.703	0	1.126	1.355.696
5.03	Saldo Ajustado	622.700	14.167	0	717.703	0	1.126	1.355.696
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	40.450	0	40.450
5.05	Destinações	0	0	0	0	-12.750	0	-12.750
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-12.750	0	-12.750
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	27.700	-27.700	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-1.973	-1.973
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-1.973	-1.973
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	30.300	0	0	-30.300	0	0	0
5.13	Saldo Final	653.000	14.167	0	715.103	0	-847	1.381.423

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	452.009	583.143
7.01.01	Intermediação Financeira	417.266	550.955
7.01.02	Prestação de Serviços	25.155	16.650
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-17.451	-9.641
7.01.04	Outras	27.039	25.179
7.01.04.01	Outras Receitas Operacionais	26.995	25.141
7.01.04.02	Resultados Não Operacionais	44	38
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-382.501	-507.774
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.082	-18.907
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-843	-757
7.03.02	Serviços de Terceiros	-18.239	-18.150
7.04	Valor Adicionado Bruto	50.426	56.462
7.05	Retenções	-668	-541
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-668	-541
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	49.758	55.921
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.605	20.648
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	17.605	20.648
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	67.363	76.569
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	67.363	76.569
7.09.01	Pessoal	27.309	26.017
7.09.01.01	Remuneração Direta	22.419	21.788
7.09.01.02	Benefícios	3.024	2.371
7.09.01.03	F.G.T.S.	1.866	1.858
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.235	7.803
7.09.02.01	Federais	10.719	7.522
7.09.02.02	Estaduais	17	13
7.09.02.03	Municipais	499	268
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.411	2.299
7.09.03.01	Aluguéis	2.411	2.299
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	26.408	40.450
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	8.279	12.750
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	18.129	27.700

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Informações Trimestrais individuais e consolidadas do Banco Alfa de Investimento S.A. (“Banco”), que incluem suas controladas diretas e indiretas, relativas aos trimestre findos em 30 de junho de 2018 e 2017, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre essas Informações Trimestrais, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do respectivo parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance do Banco no trimestre. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2018 se iniciou com a expectativa de aceleração do crescimento econômico no Brasil, redução da taxa de desemprego e com a inflação baixa permitindo ao Banco Central sinalizar a continuidade do ciclo de afrouxamento monetário. O quadro de incertezas sobre as eleições presidenciais de outubro em relação aos potenciais candidatos e programas de governo representou desde o início do ano alguma fonte de apreensão, mas a princípio contida, dado o ambiente de bons resultados fiscais de curto prazo, contas externas amplamente financiadas pelo fluxo de investimento direto e um cenário internacional de crescimento global acima da média, ampla liquidez e expectativa de retirada gradual dos estímulos monetários por parte dos principais bancos centrais.

O decorrer do semestre, entretanto, frustrou as expectativas iniciais de crescimento, com o PIB do primeiro trimestre avançando apenas 0,4% em relação ao trimestre anterior e com a greve nacional dos caminhoneiros, entre o final do mês de maio e o início do mês de junho, afetando efetivamente o desempenho do segundo trimestre e comprometendo as perspectivas para o restante do ano. Além de prejudicar diretamente a produção e o consumo no período, a greve abalou os níveis de confiança e as intenções de investimento na economia, reduzindo as perspectivas de contratações, criando instabilidade política e levando o quadro fiscal a uma situação mais delicada. Como resultado, o consenso do mercado encerrou o semestre apontando para uma expansão de apenas 1,5% para o PIB deste ano, contra 2,8%, no início do ano.

Em paralelo, no cenário internacional, dados também mais fracos do que o esperado de crescimento econômico ao redor do mundo no primeiro trimestre foram dando lugar ao longo do semestre a uma maior certeza sobre a aceleração da economia americana, sob forte impulso fiscal, enquanto prosseguia a dúvida sobre o ritmo de recuperação dos demais países, o que se traduziu em um quadro de dólar americano mais forte e juros mais altos nos Estados Unidos. Este cenário, aliado ao reforço de uma postura fortemente protecionista do governo americano, provocando uma série de conflitos comerciais, em especial com a China e a Zona do Euro, levou no decorrer do primeiro semestre a diversos episódios de forte aversão ao risco no cenário internacional, afetando os países emergentes em geral e também a economia brasileira.

O aumento dos riscos no quadro internacional exigiu uma postura mais ativa do Banco Central brasileiro (BC). Com o aumento da pressão sobre a taxa de câmbio, o BC, visando reduzir o excesso de volatilidade, passou a intervir no mercado cambial ampliando a oferta de swaps além do necessário para cobrir as rolagens previstas. E, em sua reunião de meados de maio, o Copom optou por não cortar adicionalmente as taxas de juros como havia antecipado, e manter a taxa Selic em 6,5%, encerrando assim o ciclo de afrouxamento monetário em curso desde outubro de 2016, quando a taxa Selic estava em 14,25%. Após as repercussões da greve dos caminhoneiros terem exposto ainda mais as fragilidades do cenário doméstico e com a aproximação dos prazos oficiais para a definição de coligações partidárias e candidatos às eleições de outubro 2018, intensificaram-se as preocupações do mercado quanto ao quadro eleitoral.

Comentário do Desempenho

Em meio à grande indefinição sobre a vitória de candidatos propensos a levarem adiante as importantes reformas necessárias para garantir a estabilidade macroeconômica e a retomada do crescimento adiante, a volatilidade dos mercados domésticos aumentou, com a taxa de câmbio encerrando o semestre no patamar de R\$/US\$ 3,88.

A expectativa para o segundo semestre é de prosseguimento do quadro de volatilidade no cenário internacional enquanto o tema dos conflitos comerciais permanece não resolvido e provocando repercussões sobre a economia global. A atividade econômica nos Estados Unidos deve continuar a reagir positivamente aos impulsos fiscais e, à medida que as negociações comerciais avancem, esperamos uma gradual redução das incertezas, e consequentemente um ambiente mais favorável ao crescimento na Europa e Japão, e uma retomada dos países emergente. Assim, espera-se também que prossiga a gradual retirada dos estímulos monetários no mundo.

No cenário doméstico, a volatilidade tende a se intensificar com a proximidade das eleições presidenciais, com um quadro eleitoral marcado por um número maior do que o usual de eleitores indecisos e candidatos com plataformas de governo com impactos potenciais sobre as expectativas de crescimento e sobre a evolução dos mercados.

DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

Resultado do período

O lucro líquido do Banco atingiu no trimestre R\$ 12.222 mil (2017 R\$ 22.880 mil) e no semestre R\$ 26.408 mil (2017 R\$ 40.450 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 3,79% (2017 6,06%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 1.405.468 mil (2017 R\$ 1.355.696 mil). A cada lote de mil ações do capital social do Banco correspondeu o lucro líquido de R\$ 298,06 (1º semestre/2017 R\$ 454,85).

Para o semestre findo foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 8.279 mil (30/06/2017 R\$ 12.750 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 235,75 (2017 R\$ 247,14) por lote de mil ações preferenciais. No primeiro semestre de 2017 houve pagamento para ações ordinárias no valor bruto de R\$ 75,64, conforme nota explicativa as demonstrações financeiras nº 13 letra “b”.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido atingiu o valor de R\$ 1.411.850 mil ao final do semestre (31/12/2017 R\$ 1.405.468 mil).

O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 15.935,00 (31/12/2017 R\$ 15.823,88).

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/04/2018, homologada pelo Banco Central do Brasil em 07/06/2018, aprovou o aumento do capital social para R\$ 679.000 mil mediante incorporação de reservas de lucros no montante de R\$ 26.000 mil.

Conforme autorização do Conselho de Administração, o Banco adquiriu no período de novembro/2017 a maio/2018 o total de 330.000 ações ordinárias, em Bolsa de Valores e a preços de mercado. Em reunião realizada em 19/06/2018, o Conselho de Administração aprovou o encerramento do Programa de Recompra de Ações e o cancelamento das ações adquiridas no referido Programa, sem redução do valor do capital social.

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 19,21% (31/12/2017 20,35%) ao final do período, demonstrando a boa capacidade de solvência das

Comentário do Desempenho

instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

Rating

O Banco e demais instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, mantiveram suas boas avaliações de risco de crédito em nível nacional junto às seguintes agências de classificação de risco:

.Fitch Ratings: "F1+ (bra)" para crédito de curto prazo, "AA(bra)" para crédito de longo prazo.

.Moody's: "NP", para depósito global de curto prazo em moeda local, "Ba2" para depósito global de longo prazo em moeda local, "NP" para depósito de curto prazo em moeda estrangeira, "Ba3" para depósito de longo prazo em moeda estrangeira, "BR-1" para depósito de curto prazo na escala nacional brasileira, "Aa1.br" para depósito de longo prazo na escala nacional brasileira.

Recursos captados

O volume de recursos captados pelo Banco atingiu R\$ 10.792.763 mil (31/12/2017 R\$ 10.531.228 mil) e consolidado R\$ 11.291.960 mil (31/12/2017 R\$ 11.045.728 mil) ao final do trimestre. Esses recursos estavam representados por R\$ 1.609.116 mil (31/12/2017 R\$ 1.753.790 mil) e consolidado R\$ 904.090 mil (31/12/2017 R\$ 857.481 mil) incluindo depósitos interfinanceiros e a prazo; R\$ 1.495.110 mil (31/12/2017 R\$ 1.650.561 mil) em captações no mercado aberto (individual e consolidado); R\$ 6.312.097 mil (31/12/2017 R\$ 5.463.831 mil) e consolidado R\$ 7.516.320 mil (31/12/2017 R\$ 6.874.640 mil) em recursos de aceites e emissão de títulos; R\$ 309.896 mil (31/12/2017 R\$ 145.462 mil) em empréstimos obtidos no país (individual e consolidado); R\$ 181.983 mil (31/12/2017 R\$ 147.211 mil) em empréstimos obtidos no exterior (individual e consolidado); R\$ 868.856 mil (31/12/2017 R\$ 1.364.260 mil) em repasses do BNDES (individual e consolidado) e R\$ 15.705 mil (31/12/2017 R\$ 6.113) em repasses no exterior (individual e consolidado).

Ativos e empréstimos

O ativo total alcançou R\$ 12.305.782 mil (31/12/2017 R\$ 12.089.970 mil) e consolidado R\$ 12.827.734 mil (31/12/2017 R\$ 12.623.208 mil) ao final do trimestre. As aplicações interfinanceiras de liquidez e a carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiram R\$ 8.059.491 mil (31/12/2017 R\$ 7.635.349 mil) e consolidado R\$ 9.152.142 mil (31/12/2017 R\$ 8.691.867 mil). A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 3.507.130 mil (31/12/2017 R\$ 3.987.669 mil) e consolidado R\$ 3.753.132 mil (31/12/2017 R\$ 4.218.361 mil), correspondente a 28,5% (31/12/2017 33,0%) e consolidado 29,3% (31/12/2017 R\$ 33,4%) dos ativos totais. Representada principalmente por 80,9% (31/12/2017 89,9%) e consolidado 78,7% (31/12/2017 87,6%) em títulos de emissão do Tesouro Nacional. Dessa carteira, 13,4% (31/12/2017 9,8%) e consolidado 13,1% (31/12/2017 9,8%) dos títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco e de suas controladas, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN, em mantê-los nesta categoria. O Banco e suas controladas mantiveram a sua posição de alta liquidez encerrando o trimestre com uma carteira de títulos livres da ordem de R\$ 2.732.867 mil (31/12/2017 R\$ 2.212.065 mil) e consolidado R\$ 2.942.143 mil (31/12/2017 R\$ 2.433.603 mil).

A carteira de crédito, incluindo repasses interfinanceiros, arrendamento mercantil e fianças prestadas atingiu o saldo de R\$ 4.924.556 mil (31/12/2017 R\$ 4.862.810 mil) e consolidado R\$ 5.173.052 mil (31/12/2017 R\$ 5.150.319 mil). Merece destaque, a excelente qualidade da carteira de crédito e de arrendamento mercantil, demonstrada pela concentração de 99,0% (31/12/2017 99,4%) e consolidado 98,9% (31/12/2017 99,3%) das operações classificadas entre os níveis de risco "AA" a "C" em conformidade com a regulamentação em vigor do Banco Central do Brasil, e pelo baixo índice de inadimplência. O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 21 mil (31/12/2017 R\$ 4.286 mil) e consolidado R\$ 776 mil (31/12/2017 R\$ 11.003 mil). O saldo da provisão para créditos de

Comentário do Desempenho

liquidação duvidosa atingiu R\$ 63.962 mil (31/12/2017 R\$ 49.463 mil) e consolidado R\$ 74.747 mil (31/12/2017 R\$ 60.358 mil), correspondente a 2,0% (31/12/2017 1,4%) e consolidado 2,2% (31/12/2017 1,6%) do total da carteira de crédito e arrendamento mercantil, 61,3% (31/12/2017 37,8%) e consolidado 57,2% (31/12/2017 36,3%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução BACEN nº 4.433, de 27 de julho de 2015.

DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das informações trimestrais do Banco, ou pessoas a ela ligada, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 09 de agosto de 2018, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Informações Trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2018.

AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento do Banco ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 09 de agosto de 2018.

DIRETORIA

Diretor Presidente

Fabio Alberto Amorosino

Diretores

Adilson Augusto Martins Júnior

Antonio José Ambrozano Neto

Beny Fiterman

Fabiano Siqueira de Oliveira

Luciane Ribeiro

Rubens Bution

Este Relatório da Administração preparado pela Diretoria foi examinado e aprovado em reunião do Conselho de Administração de 09 de agosto de 2018.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro

Conselheiros

Humberto Mourão de Carvalho

Rubens Garcia Nunes

Fernando Pinto de Moura

Luiz Alves Paes de Barros

Notas Explicativas

EM MILHARES DE REAIS

01. ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

(a) Atividade e estrutura do Grupo

O Conglomerado Financeiro Alfa tem suas origens no ano de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e posteriormente criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento S.A, Companhia Real de Investimento – CFI, Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa, que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado Financeiro Alfa é composto de 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial. O Banco Alfa de Investimento S.A. (“Banco”) é a instituição financeira líder do Conglomerado, a qual controla diretamente a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e a BRI Participações Ltda.. Além destas entidades o Conglomerado Financeiro Alfa é integrado pela Financeira Alfa S.A. - CFI e o Banco Alfa S.A.. O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- CFI são companhias abertas com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”). As informações trimestrais consolidadas constantes deste relatório foram elaboradas com base nos critérios apresentados na nota explicativa nº 03 “a”.

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado Financeiro Alfa vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

O controlador do Banco Alfa de Investimento S.A. e suas controladas possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nesta informação trimestral: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa), Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica) e Indústria de Couro (Soubach).

(b) Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais do Banco e de suas controladas foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas informações trimestrais foram concluídas em 08/08/2018 e aprovadas pelo Conselho de Administração em 09/08/2018.

Notas Explicativas

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários.

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), dependem de normatização por parte do Conselho Monetário Nacional (CMN). Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às informações trimestrais de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) com exceção das disposições relacionadas a operações de arrendamento mercantil financeiro, o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

02. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado Financeiro Alfa.

(a) Apuração do resultado: As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita, e, a partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art.9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares BACEN nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002, (vide notas explicativas nº 05 “b” e 18). A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 06 “d”).

(c) Títulos e valores mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001:

I – Títulos para negociação;

II – Títulos disponíveis para venda;

III – Títulos mantidos até o vencimento.

Notas Explicativas

Na categoria “títulos para negociação” são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

Na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existem intenção e capacidade financeira do Banco e de suas controladas de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria “títulos disponíveis para venda” estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata dia*, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida:

- i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação”; e
- ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata dia*.

As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidos no resultado do período. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data de balanço, através de coleta de preços divulgadas por entidades independentes no mercado especializadas na divulgação deste tipo de informação, e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço.

(d) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco e de suas controladas ou para atender solicitações de seus clientes. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “resultado com instrumentos financeiros derivativos”.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, e/ou Circular BACEN nº 3.129, de 27/02/2002, são classificados de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado;

Notas Explicativas

- *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido.

O Banco e suas controladas não realizaram até o momento, operação com instrumento financeiro derivativo com o objetivo de proteção (*hedge*) com natureza de *hedge* de fluxo de caixa.

O Banco e suas controladas, conforme descrito na nota explicativa nº 18, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, contratos de swap registrados na B3, classificados como *Hedge* de Risco de Mercado, tendo como objeto operações de empréstimos obtidos em moeda estrangeira.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela B3.

As operações de captação designadas para *hedge* de risco de mercado, como previsto na Circular 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 (Dólar x DI) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, assim, na mensuração subsequente reconhece-se em contrapartida ao resultado do período as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.

A efetividade da proteção (*hedge*), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 18 destas informações trimestrais.

(e) Cessão de créditos com coobrigação: Para cessões de crédito com coobrigação realizadas no período de outubro de 2008 a outubro de 2009, a Administração do Banco e de suas controladas, adotaram a faculdade prevista na Resolução CMN nº 3.673 de 26/12/2008 de aplicação antecipada dos procedimentos definidos na Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008.

Cessões de crédito com coobrigação realizadas após 1º de janeiro de 2012, estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367, de 11/09/2014. Dispõe a Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, que em cessões de crédito com coobrigação, onde em razão da coobrigação assumida ocorre a retenção substancial pelo cedente dos riscos e benefícios relacionados às operações de crédito objeto de cessão, deve:

- o ativo financeiro objeto da venda/cessão deve permanecer na sua totalidade registrado no ativo, na rubrica “operações de crédito - vinculadas à cessão”;
- os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida, rubrica “outras obrigações-diversas/obrigações por operações vinculadas à cessão”; e
- as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação.

Notas Explicativas

(f) Ativo permanente: Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 20).
- Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: imóveis 4%, veículos e processamento de dados 20% e demais itens 10%.
- Amortização, basicamente, de despesas com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos.

(g) Passivos circulante e exigível a longo prazo: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(h) Impostos e contribuições: As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pelo Banco e por suas controladas a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota explicativa nº 09 “b”).

(i) Estimativas contábeis: No processo de elaboração das informações trimestrais do Banco e de suas controladas, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas informações trimestrais. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (vide nota explicativa nº 06 “e”);
- Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 18);
- Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 09 “b”); e
- Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 12).

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das informações trimestrais e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados.

(j) Ativos e passivos contingentes: Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429, de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros.

- i) Ativos contingentes – não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

Notas Explicativas

- ii) Passivos contingentes – fiscais e previdenciárias, cíveis, trabalhistas e prestação de garantias (nota explicativa nº 12) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e risco de crédito em coobrigações e garantias prestadas.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

O Banco constitui provisão para coobrigações e riscos em garantias prestadas conforme Resolução BACEN nº 4.512 de 28/07/2016, vide nota explicativa nº 12.

(k) Moeda funcional e de apresentação: As informações trimestrais individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco e de suas controladas. Exceto quando indicado, as informações trimestrais expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

03. INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS

(a) As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às Normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, incluindo os procedimentos de consolidação estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 36, e consideram as informações trimestrais da Alfa Arrendamento Mercantil pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual recebido antecipadamente, tendo sido eliminadas as participações nas empresas consolidadas, os saldos de contas, as despesas e receitas e os lucros não realizados entre empresas. Também foram destacadas as parcelas do lucro líquido e patrimônio líquido referente às participações dos acionistas não controladores.

Essas informações trimestrais consolidadas incluem as informações financeiras do Banco e de suas controladas diretas e indiretas e seus respectivos percentuais de participação:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	99,985%	99,985%
BRI Participações Ltda.	99,999%	99,999%
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	100,000%	100,000%
Único FIC de FI Multimercado	100,000%	100,000%

Notas Explicativas**(b) Apresentamos abaixo as Informações Financeiras Consolidadas****i) Balanço Patrimonial Consolidado**

ATIVO	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	8.313.298	8.198.915
DISPONIBILIDADES	9.587	5.773
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 04)	2.385.057	1.193.845
Aplicações no Mercado Aberto	875.008	297.456
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.510.049	896.389
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05)	3.273.601	4.080.415
Carteira Própria	2.460.085	2.295.102
Vinculados a Compromissos de Recompra	680.251	1.651.757
Vinculados a Prestação de Garantias	130.738	133.001
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 18)	2.527	555
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	15.711	6.169
Repasses Interfinanceiros	15.711	6.169
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 06)	1.374.458	2.053.380
Carteira - Setor Privado	1.404.816	2.070.479
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(30.358)	(17.099)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 06)	114.875	118.370
Carteira - Setor Privado	119.604	124.374
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(4.729)	(6.004)
OUTROS CRÉDITOS	1.138.968	740.403
Carteira de Câmbio (Nota 07)	179.016	156.576
Rendas a Receber	2.656	2.706
Negociação e Intermediação de Valores	920	176
Diversos (Nota 08a)	975.882	594.812
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 06)	(19.506)	(13.867)
OUTROS VALORES E BENS	1.041	560
Outros Valores e Bens	327	376
(Provisão para Desvalorização)	(195)	(237)
Despesas Antecipadas	909	421
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.506.192	4.416.688
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 04)	3.002.591	3.278.675
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.002.591	3.278.675
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05)	490.893	138.932
Carteira Própria	482.058	138.501
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 18)	8.835	431
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 06)	734.532	680.409
Carteira - Setor Privado	748.630	698.906
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(14.098)	(18.497)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 06)	127.265	162.672
Carteira - Setor Privado	133.321	167.563
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(6.056)	(4.891)
OUTROS CRÉDITOS	150.908	155.909
Diversos (Nota 08a)	150.908	155.909
OUTROS VALORES E BENS	3	91
Despesas Antecipadas	3	91
PERMANENTE	8.244	7.605
INVESTIMENTOS	111	111
Outros Investimentos	300	300
(Provisão para Perdas)	(189)	(189)
IMOBILIZADO DE USO	6.535	5.694
Imóveis de Uso	2.897	2.897
Outras Imobilizações de Uso	11.627	10.728
(Depreciação Acumulada)	(7.989)	(7.931)
INTANGÍVEL	1.598	1.800
Ativos Intangíveis	3.256	3.327
(Amortização Acumulada)	(1.658)	(1.527)
TOTAL GERAL DO ATIVO	12.827.734	12.623.208

Notas Explicativas

PASSIVO	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	5.011.015	5.663.439
DEPÓSITOS (Nota 10)	864.564	846.270
Depósitos Interfinanceiros	783.993	783.992
Depósitos a Prazo	80.571	62.278
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 10)	1.495.110	1.650.561
Carteira Própria	680.043	1.650.561
Carteira de Terceiros	815.067	-
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 10)	2.007.222	1.895.710
Recursos de Letras Hipotecárias, Imobiliárias de Crédito e Similares	2.007.222	1.895.710
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	22.279	21.012
Recursos em Trânsito de Terceiros	22.279	21.012
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 10)	181.983	292.673
Empréstimos no País	-	145.462
Empréstimos no Exterior	181.983	147.211
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 10)	361.117	838.224
BNDES	236.043	675.801
FINAME	125.074	162.423
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 18)	1.144	53.407
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.144	53.407
OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO EXTERIOR (Nota 10)	15.705	6.113
Repasse no Exterior	15.705	6.113
OUTRAS OBRIGAÇÕES	61.891	59.469
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	340	1.369
Carteira de Câmbio (Nota 07)	4.761	434
Sociais e Estatutárias	14.372	15.339
Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	12.464	6.818
Negociação e Intermediação de Valores	1.369	2.009
Diversas (Nota 11b)	28.585	33.500
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	6.398.536	5.544.359
DEPÓSITOS (Nota 10)	39.526	11.211
Depósitos Interfinanceiros	10.314	-
Depósitos a Prazo	29.212	11.211
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 10)	5.509.098	4.978.930
Recursos de Letras Hipotecárias, Imobiliárias de Crédito e Similares	5.509.098	4.978.930
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 10)	309.896	-
Empréstimos no País	309.896	-
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 10)	507.739	526.036
BNDES	213.981	139.719
FINAME	293.758	386.317
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 18)	53	3
Instrumentos Financeiros Derivativos	53	3
OUTRAS OBRIGAÇÕES	32.224	28.179
Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	2.592	2.917
Diversas (Nota 11b)	29.632	25.262
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	6.282	9.890
Resultados de Exercícios Futuros	6.282	9.890
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO CONTROLADORES	51	52
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.411.850	1.405.468
Capital: (Nota 13a)	679.000	653.000
De Domiciliados no País	628.843	604.177
De Domiciliados no Exterior	50.157	48.823
Reservas de Capital	12.264	14.167
Reservas de Lucros (Nota 13c)	730.787	738.658
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(10.201)	261
Ações em Tesouraria	-	(618)
TOTAL GERAL DO PASSIVO	12.827.734	12.623.208

Notas Explicativas**ii) Demonstração do Resultado Consolidado**

DESCRIÇÃO	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	248.971	470.707	288.095	629.285
Operações de Crédito (Nota 14a)	60.239	122.065	68.442	142.914
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 14b)	10.407	20.889	10.230	21.425
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	141.292	289.786	208.372	472.205
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 18f)	9.673	7.732	(7.115)	(17.935)
Resultado de Operações de Câmbio	27.360	30.235	8.166	10.676
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(228.956)	(417.119)	(248.975)	(546.372)
Operações de Captação no Mercado	(154.024)	(311.887)	(206.418)	(458.119)
Operações de Empréstimos e Repasses	(64.462)	(87.233)	(44.099)	(73.296)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 6e)	(10.470)	(17.999)	1.772	(14.383)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 6a)	-	-	(230)	(574)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20.015	53.588	39.120	82.913
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS	(5.313)	(13.704)	(12.262)	(29.945)
Receitas de Prestação de Serviços	13.321	27.348	9.110	17.798
Rendas de Tarifas Bancária	730	886	235	389
Despesas de Pessoal	(18.077)	(36.682)	(16.441)	(33.737)
Outras Despesas Administrativas (Nota 19a)	(10.798)	(21.386)	(11.117)	(21.967)
Despesas Tributárias	(4.374)	(9.236)	(3.039)	(7.307)
Outras Receitas Operacionais (Nota 19b)	16.331	30.458	13.361	27.965
Outras Despesas Operacionais (Nota 19c)	(2.446)	(5.092)	(4.371)	(13.086)
RESULTADO OPERACIONAL	14.702	39.884	26.858	52.968
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19d)	20	22	5	(24)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	14.722	39.906	26.863	52.944
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.354)	(11.274)	(2.950)	(10.446)
Provisão para Imposto de Renda	(2.952)	(8.090)	(3.151)	(13.783)
Provisão para Contribuição Social	(1.361)	(5.461)	(2.340)	(10.323)
Ativo Fiscal Diferido	2.959	2.277	2.541	13.660
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	1	1	(1)	(1)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(1.147)	(2.225)	(1.032)	(2.047)
Empregados	(1.147)	(2.225)	(1.032)	(2.047)
LUCRO LÍQUIDO	12.222	26.408	22.880	40.450
Outros resultados abrangentes do período				
Resultado de avaliação a mercado de títulos disponíveis para venda	(10.041)	(10.462)	(633)	(1.973)
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	(10.041)	(10.462)	(633)	(1.973)
Total de resultados abrangentes do período	2.181	15.946	22.247	38.477

Notas Explicativas**iii) Demonstração do Valor Adicionado Consolidado**

	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
1. RECEITAS	511.422	661.030
Intermediação Financeira	470.707	629.285
Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	28.234	18.187
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(17.999)	(14.383)
Outras Receitas Operacionais	30.458	27.965
Resultados não Operacionais	22	(24)
2. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	399.120	531.989
3. MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	22.721	31.444
Materiais, energia e outros (materiais de consumo, telefone e água)	954	916
Serviços de Terceiros	21.767	30.642
Outras (Resultado com obrigações por cotas de fundos de investimentos)	-	(114)
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	89.581	97.597
5. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	769	627
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	88.812	96.970
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	88.812	96.970
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	88.812	96.970
Pessoal	32.213	29.946
Remuneração Direta	26.491	25.108
Benefícios	3.510	2.713
F.G.T.S.	2.212	2.125
Impostos, taxas e contribuições	27.204	23.591
Federais	23.553	22.995
Estaduais	17	13
Municipais	3.634	583
Remuneração de capitais de terceiros	2.987	2.983
Aluguéis	2.987	2.983
Remuneração de Capitais Próprios	26.408	40.450
Juros sobre o Capital Próprio	8.279	12.750
Lucros Retidos do Semestre	18.130	27.699
Participação não Controladores	(1)	1

Notas Explicativas**iv) Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado – Método Indireto**

ATIVIDADES OPERACIONAIS	30/06/2018	30/06/2017
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	26.408	40.450
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO	18.070	20.407
- Depreciações e amortizações	769	627
- Depreciações imobilizado de arrendamento mercantil	-	100
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.999	14.383
- Ajustes de provisão de passivos contingentes	(273)	8.461
- Ajustes de atualização de depósitos judiciais	(425)	(3.164)
(AUMENTO)/REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS	189.678	(259.382)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(576.306)	323.780
Títulos e valores mobiliários	523.356	(570.916)
Relações interfinanceiras	(9.542)	(6.000)
Operações de crédito	612.986	57.459
Operações de arrendamento mercantil	38.354	(23.201)
Outros créditos	(398.777)	(40.150)
Outros valores e bens	(400)	(241)
Aquisição de bens não de uso próprio	(3)	(260)
Alienação de bens não de uso próprio	10	34
Alienação de imobilizados de arrendamento	-	113
AUMENTO/(REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	199.324	(951.575)
Depósitos	46.609	(531.763)
Captações no mercado aberto	(155.451)	301.663
Recursos de aceites e emissão de títulos	641.680	(545.359)
Relações interdependências	1.267	(2.612)
Obrigações por empréstimos e repasses	(286.606)	(73.648)
Instrumentos financeiros derivativos	(52.213)	8.421
Outras obrigações	18.116	(77.111)
Resultados de exercícios futuros	(3.608)	(1.440)
Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(10.470)	(29.726)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS	433.480	(1.150.100)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizados de uso	(1.389)	(487)
Aplicações no intangível	(31)	(739)
Alienação de imobilizados de uso	12	19
Títulos mantidos até o vencimento	(78.965)	955.688
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(80.373)	954.481
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aquisição de ações de emissão própria	(1.285)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(9.185)	(11.504)
Variação de participação dos acionistas não controladores	(1)	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(10.471)	(11.504)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	342.636	(207.123)
Caixa e equivalentes no início do semestre	544.580	1.005.657
Caixa e equivalentes no final do semestre	887.216	798.534
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes	342.636	(207.123)

Notas Explicativas**v) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado**

EVENTOS	Capital	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31/12/2016	622.700	-	14.167	717.703	1.126	-	-	1.355.696
AUMENTO DE CAPITAL - AGE DE 19/04/2017	-	30.300	-	(30.300)	-	-	-	-
OUTROS EVENTOS :								
Ajuste ao valor de mercado de TVMe derivativos	-	-	-	-	(1.973)	-	-	(1.973)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	40.450	40.450
DESTINAÇÕES :								
Reservas	-	-	-	27.700	-	-	(27.700)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(12.750)	(12.750)
SALDOS EM 30/06/2017	622.700	30.300	14.167	715.103	(847)	-	-	1.381.423
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	30.300	-	(2.600)	(1.973)	-	-	25.727
SALDOS EM 31/12/2017	653.000	-	14.167	738.658	261	(618)	-	1.405.468
AUMENTO DE CAPITAL - AGE DE 19/04/2018	26.000	-	-	(26.000)	-	-	-	-
OUTROS EVENTOS :								
Cancelamento de ações próprias	-	-	(1.903)	-	-	1.903	-	-
Aquisições de ações próprias	-	-	-	-	-	(1.285)	-	(1.285)
Ajuste ao valor de mercado de TVMe derivativos	-	-	-	-	(10.462)	-	-	(10.462)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	26.408	26.408
DESTINAÇÕES :								
Reservas	-	-	-	18.129	-	-	(18.129)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(8.279)	(8.279)
SALDOS EM 30/06/2018	679.000	-	12.264	730.787	(10.201)	-	-	1.411.850
MUTAÇÕES DO PERÍODO	26.000	-	(1.903)	(7.871)	(10.462)	618	-	6.382

(c) Relatório por segmento

Segmento é um componente distinto de uma entidade que origina produtos ou serviços (segmento de negócio) ou fornece produtos ou serviços dentro de determinado ambiente econômico (segmento geográfico) e que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos demais segmentos, cujos resultados operacionais sejam regularmente avaliados pelos principais tomadores de decisões.

Os segmentos operacionais reportados são definidos em uma abordagem gerencial do Banco e de suas controladas, ou seja, são aqueles regularmente revisados pela sua Administração para avaliação de performance e alocação de recursos.

As atividades do Banco e suas controladas constituem um segmento único, o segmento de atacado, o qual é composto principalmente de operações de capital de giro, aquisição de ativos, repasses do BNDES, gestão de recursos de terceiros e emissão de títulos como forma de captação.

Notas Explicativas**04. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ****(a) Composição de aplicações interfinanceiras de liquidez**

	Individual		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Aplicações no mercado aberto: Títulos públicos				
do tesouro nacional	875.008	297.456	875.008	297.456
Posição bancada	59.941	297.456	59.941	297.456
Posição financiada	815.067	-	815.067	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.663.370	3.309.353	4.510.018	4.135.177
- de ligadas	3.663.370	3.270.361	4.510.018	4.096.185
- de terceiros	-	38.992	-	38.992
Aplicações em moedas estrangeiras	2.621	39.887	2.622	39.887
Total	4.540.999	3.646.696	5.387.648	4.472.520

(b) Classificação de aplicações interfinanceiras de liquidez por faixas de vencimento

	Individual					
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 30/06/2018	Saldo em 31/12/2017
Aplicações no mercado aberto : Títulos públicos						
do tesouro nacional	875.008	-	-	-	875.008	297.456
Posição bancada	59.941	-	-	-	59.941	297.456
Posição financiada	815.067	-	-	-	815.067	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	402.542	408.220	2.810.609	41.999	3.663.370	3.309.353
- de ligadas	402.542	408.220	2.810.609	41.999	3.663.370	3.270.361
- de terceiros	-	-	-	-	-	38.992
Aplicações em moedas estrangeiras	2.621	-	-	-	2.621	39.887
Total	1.280.171	408.220	2.810.609	41.999	4.540.999	3.646.696
% Concentração por prazo	28,2%	9,0%	61,9%	0,9%	100,0%	
	Consolidado					
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 30/06/2018	Saldo em 31/12/2017
Aplicações no mercado aberto : Títulos públicos						
do tesouro nacional	875.008	-	-	-	875.008	297.456
Posição bancada	59.941	-	-	-	59.941	297.456
Posição financiada	815.067	-	-	-	815.067	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	608.703	898.724	2.960.592	41.999	4.510.018	4.135.177
- de ligadas	608.703	898.724	2.960.592	41.999	4.510.018	4.096.185
- de terceiros	-	-	-	-	-	38.992
Aplicações em moedas estrangeiras	2.622	-	-	-	2.622	39.887
Total	1.486.333	898.724	2.960.592	41.999	5.387.648	4.472.520
% Concentração por prazo	27,5%	16,7%	55,0%	0,8%	100,0%	

Notas Explicativas**05. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS****(a) Composição de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

	Individual		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Títulos do tesouro nacional	2.064.360	1.810.932	2.164.235	1.911.967
Letras financeiras do tesouro	211.150	110.772	311.025	211.807
Letras do tesouro nacional	1.499.631	1.700.160	1.499.631	1.700.160
Notas do tesouro nacional	353.579	-	353.579	-
Ações de companhias abertas	19.316	10.581	39.173	20.449
Notas promissórias	159.963	153.274	159.963	153.274
Debêntures	180.368	-	180.368	-
Cédulas do produto rural	308.860	237.278	308.860	237.278
Cotas de fundos de investimento	-	-	89.544	110.635
Títulos livres	2.732.867	2.212.065	2.942.143	2.433.603
Títulos do tesouro nacional	774.263	1.775.604	788.064	1.784.758
Letras financeiras do tesouro	774.263	1.185.707	788.064	1.194.861
Letras do tesouro nacional	-	589.897	-	589.897
Cotas de fundos de investimento	-	-	22.925	-
Títulos vinculados	774.263	1.775.604	810.989	1.784.758
Total - Títulos e valores mobiliários	3.507.130	3.987.669	3.753.132	4.218.361
Swaps – diferencial a receber	10.097	984	10.097	984
Prêmios de opções a exercer	1.265	-	1.265	2
Total – Instrumentos financeiros derivativos (i)	11.362	984	11.362	986
TOTAL GERAL	3.518.492	3.988.653	3.764.494	4.219.347

(i) Vide detalhes na nota explicativa nº 18.

(b) Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria e faixas de vencimento

	Individual					Valor de custo (b.2)
	30/06/2018					
	(b.1) Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em Contábil	
Títulos do tesouro nacional	2.136.944	172.256	127.499	48.345	2.485.044	2.485.168
Letras financeiras do tesouro	637.313	172.256	127.499	48.345	985.413	985.420
Letras do tesouro nacional	1.499.631	-	-	-	1.499.631	1.499.748
Títulos para negociação (b.3)	2.136.944	172.256	127.499	48.345	2.485.044	2.485.168
Títulos do tesouro nacional	-	192.785	-	160.794	353.579	362.331
Notas do tesouro nacional	-	192.785	-	160.794	353.579	362.331
Ações de companhias abertas	19.316	-	-	-	19.316	21.843
Debêntures	-	-	79.438	100.930	180.368	180.446
Títulos disponíveis para venda	19.316	192.785	79.438	261.724	553.263	564.620
Notas promissórias	106.067	53.896	-	-	159.963	159.963
Cédulas do produto rural	48.819	119.145	140.896	-	308.860	308.860
Títulos mantidos até o vencimento	154.886	173.041	140.896	-	468.823	468.823
Títulos e valores mobiliários	2.311.146	538.082	347.833	310.069	3.507.130	3.518.611
% Concentração por prazo	66,0%	15,3%	9,9%	8,8%	100,0%	
Total em 31/12/2017	2.200.176	1.436.593	308.724	42.176	3.987.669	
% Concentração por prazo	55,2%	36,0%	7,7%	1,1%	100,0%	

Notas Explicativas

	Consolidado					Valor de custo (b.2)
	(b.1) Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 30/06/2018	
Títulos do tesouro nacional	2.136.944	172.495	181.136	108.145	2.598.720	2.598.803
Letras financeiras do tesouro	637.313	172.495	181.136	108.145	1.099.089	1.099.055
Letras do tesouro nacional	1.499.631	-	-	-	1.499.631	1.499.748
Cotas de fundos de investimento	89.544	-	-	-	89.544	89.544
Títulos para negociação (b.3)	2.226.488	172.495	181.136	108.145	2.688.264	2.688.347
Títulos do tesouro nacional	-	192.785	-	160.794	353.579	362.331
Notas do tesouro nacional	-	192.785	-	160.794	353.579	362.331
Ações de companhias abertas	39.173	-	-	-	39.173	48.174
Debêntures	-	-	79.438	100.930	180.368	180.446
Títulos disponíveis para venda	39.173	192.785	79.438	261.724	573.120	590.951
Notas promissórias	106.067	53.896	-	-	159.963	159.963
Cédulas do produto rural	48.819	119.145	140.896	-	308.860	308.860
Cotas de fundos de investimento	22.925	-	-	-	22.925	22.925
Títulos mantidos até o vencimento	177.811	173.041	140.896	-	491.748	491.748
Títulos e valores mobiliários	2.443.472	538.321	401.470	369.869	3.753.132	3.771.046
% Concentração por prazo	65,1%	14,3%	10,7%	9,9%	100,0%	
Total em 31/12/2017	2.320.679	1.436.593	321.955	139.134	4.218.361	
% Concentração por prazo	55,0%	34,1%	7,6%	3,3%	100,0%	

(b.1) Inclui ações de companhias abertas e cotas de fundos de investimentos.

(b.2) Valor de custo: representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(b.3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

Os títulos foram classificados nas categorias:

- "**Títulos para negociação**" e "**Títulos disponíveis para venda**": o valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço e foi obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3. Títulos e Valores Mobiliários que não possuem cotação no mercado são avaliados através de modelos internos de avaliação que consideram curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas.

(i) O ajuste negativo dos títulos para negociação no montante de R\$ 124 (31/12/2017 R\$ 161) e consolidado R\$ 83 (31/12/2017 R\$ 99), obtido entre os valores de custo R\$ 2.485.168 (31/12/2017 R\$ 3.586.697) e consolidado R\$ 2.688.347 (31/12/2017 R\$ 3.785.228) e de mercado R\$ 2.485.044 (31/12/2017 R\$ 3.586.536) e consolidado R\$ 2.688.264 (31/12/2017 R\$ 3.785.129), foi registrado sob o título de "Resultado com títulos e valores mobiliários".

(ii) O ajuste negativo dos títulos disponíveis para venda no montante de R\$ 11.357 (31/12/2017 R\$ 336 ajuste positivo) e no consolidado R\$ 17.831 (31/12/2017 R\$ 457 ajuste positivo) obtido entre os valores de custo R\$ 564.620 (31/12/2017 R\$ 10.245) e consolidado R\$ 590.951 (31/12/2017 R\$ 19.992) e de mercado R\$ 553.263 (31/12/2017 R\$ 10.581) e consolidado R\$ 573.120 (31/12/2017 R\$ 20.449) foi registrado em conta adequada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

- "**Títulos mantidos até o vencimento**": classificados em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco e de suas controladas em mantê-los até o vencimento, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN. Esses títulos foram mantidos pelo seu valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais foram registrados no resultado do período. O valor de mercado desses títulos na data do balanço totalizava R\$ 468.315 (31/12/2017 R\$ 391.352) e consolidado R\$ 491.240 (31/12/2017 R\$ 413.583).

Notas Explicativas

Os títulos privados são custodiados na B3, os títulos públicos no SELIC e as ações na CBLC.

(c) Composição de títulos vinculados:

	Individual		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Vinculados a operações compromissadas	680.251	1.651.757	680.251	1.651.757
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	73.713	104.832	85.598	113.466
Operações em câmara de liquidação e compensação	-	-	22.925	-
Títulos dados em garantia de operações de clearing de câmbio	19.102	18.513	19.102	18.513
Títulos dados em garantia em ações judiciais	1.197	502	3.113	1.022
Total	774.263	1.775.604	810.989	1.784.758

06. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

(a) Composição da carteira de crédito

	Individual		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Empréstimos	895.091	920.950	895.091	920.950
Financiamentos	1.250.424	1.836.430	1.250.424	1.836.430
Financiamentos rurais	7.931	12.005	7.931	12.005
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos relacionados (i)	154.294	151.377	154.294	151.377
Operações de arrendamento mercantil	-	-	252.925	291.937
Outros créditos (ii)	913.853	551.681	913.853	551.681
Total da carteira	3.221.593	3.472.443	3.474.518	3.764.380
Repasse interfinanceiros	15.711	6.169	15.711	6.169
Fianças prestadas (iii)	1.687.252	1.384.198	1.682.823	1.379.770
Total geral	4.924.556	4.862.810	5.173.052	5.150.319

O Banco realiza operações de captação através de “letras de crédito do agronegócio” classificadas no grupo “recursos de aceites e emissão de títulos” conforme descrito na nota explicativa nº 10. Lastreadas na data destas informações trimestrais no montante de R\$ 701.839 (31/12/2017 R\$ 484.567), sendo R\$ 390.323 (31/12/2017 R\$ 245.096) por operações de crédito e R\$ 311.516 (31/12/2017 R\$ 239.471) por títulos de crédito (classificados no grupo “títulos e valores mobiliários”).

Cessão de crédito: As operações de cessão de crédito com coobrigação são contabilizadas conforme descrito na nota explicativa nº 02 “e” destas informações trimestrais.

O Banco realizou operações de cessão de créditos com coobrigação de cédulas de crédito bancário contabilizadas segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008 e liquidadas em 22/12/2017. No 1º semestre/2017 foi reconhecido receita de juros para estas operações no montante de R\$ 412 registrada na demonstração de resultado sob a rubrica “receitas da intermediação financeira - operações de crédito” e apropriado despesas de juros no montante de R\$ 574 registrado na rubrica “despesas da intermediação financeira - operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”.

(i) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados no balanço como redutores de “outras obrigações – carteira de câmbio” acrescidas das rendas a receber de adiantamentos concedidos que se encontram, registrados na rubrica “outros créditos – carteira de câmbio” (vide nota explicativa nº 07).

(ii) Outros créditos incluem títulos e créditos a receber (vide nota explicativa nº 08).

(iii) Fianças prestadas estão registradas em contas de compensação.

Notas Explicativas

(b) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

	Individual				Consolidado			
	30/06/2018		31/12/2017		30/06/2018		31/12/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Setor Privado								
Rural	35.523	1,1	44.161	1,4	37.132	1,1	45.874	1,2
Indústria	1.814.786	56,3	2.351.821	67,7	1.844.962	53,1	2.385.839	63,4
Comércio	379.995	11,8	331.260	9,5	456.055	13,1	410.288	10,9
Serviços	990.706	30,8	744.356	21,4	1.117.883	32,2	902.567	24,0
Pessoas físicas	583	-	845	-	18.486	0,5	19.812	0,5
Total da carteira	3.221.593	100,0	3.472.443	100,0	3.474.518	100,0	3.764.380	100,0

(c) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento

Parcelas por Faixas de Vencimento	Individual							
	30/06/2018				31/12/2017			
	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
até 180 dias	1.948.974	13	1.948.987	60,5	2.009.069	1.766	2.010.835	57,9
de 181 a 360 dias	523.990	-	523.990	16,3	764.469	967	765.436	22,1
acima de 360 dias	748.608	-	748.608	23,2	694.619	1.122	695.741	20,0
Total vincendas	3.221.572	13	3.221.585	100,0	3.468.157	3.855	3.472.012	100,0
até 60 dias	-	8	8	-	-	431	431	-
Total vencidas	-	8	8	-	-	431	431	-
Total da carteira	3.221.572	21	3.221.593	100,0	3.468.157	4.286	3.472.443	100,0

Parcelas por faixas de vencimento	Consolidado							
	30/06/2018				31/12/2017			
	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
até 180 dias	2.021.568	353	2.021.921	58,2	2.087.764	3.656	2.091.420	55,5
de 181 a 360 dias	584.441	168	584.609	16,8	827.744	2.489	830.233	22,1
acima de 360 dias	867.733	20	867.753	25,0	837.869	3.493	841.362	22,4
Total vincendas	3.473.742	541	3.474.283	100,0	3.753.377	9.638	3.763.015	100,0
até 60 dias	-	59	59	-	-	901	901	-
de 61 a 180 dias	-	52	52	-	-	338	338	-
acima de 180 dias	-	124	124	-	-	126	126	-
Total vencidas	-	235	235	-	-	1.365	1.365	-
Total da carteira	3.473.742	776	3.474.518	100,0	3.753.377	11.003	3.764.380	100,0

(d) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco

A Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações.

A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Níveis de Risco	Individual									
	30/06/2018					31/12/2017				
	Saldo da Carteira de Crédito			Provisão		Saldo da Carteira de Crédito			Provisão	
	A Vencer (i)	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil	A Vencer (i)	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil
AA	1.465.295	-	1.465.295	-	-	1.299.406	-	1.299.406	-	-
A	589.288	-	589.288	2.946	2.946	770.932	-	770.932	3.855	3.855
B	658.042	3	658.045	6.580	6.580	986.338	37	986.375	9.864	9.864
C	476.220	-	476.220	14.287	32.336	393.862	-	393.862	11.816	22.174
D	3.069	18	3.087	309	926	169	1.035	1.204	120	349
E	-	-	-	-	-	14.883	-	14.883	4.465	7.440
F	28.275	-	28.275	14.138	19.791	-	-	-	-	-
H	1.383	-	1.383	1.383	1.383	2.567	3.214	5.781	5.781	5.781
Total	3.221.572	21	3.221.593	39.643	63.962	3.468.157	4.286	3.472.443	35.901	49.463

Níveis de Risco	Consolidado									
	30/06/2018					31/12/2017				
	Saldo da Carteira de Crédito			Provisão		Saldo da Carteira de Crédito			Provisão	
	A Vencer (i)	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil	A Vencer (i)	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil
AA	1.501.901	-	1.501.901	-	-	1.319.870	-	1.319.870	-	-
A	663.232	-	663.232	3.316	3.316	853.424	-	853.424	4.267	4.267
B	770.355	353	770.708	7.707	8.924	1.143.560	408	1.143.968	11.440	11.960
C	499.448	65	499.513	14.985	34.462	417.917	1.073	418.990	12.570	24.680
D	3.232	18	3.250	325	973	176	1.105	1.281	128	372
E	134	-	134	40	67	14.883	14	14.897	4.469	7.447
F	29.173	-	29.173	14.587	20.418	980	80	1.060	530	742
G	-	66	66	46	46	-	-	-	-	-
H	6.267	274	6.541	6.541	6.541	2.567	8.323	10.890	10.890	10.890
Total	3.473.742	776	3.474.518	47.547	74.747	3.753.377	11.003	3.764.380	44.294	60.358

(i) Inclui os créditos vencidos até 14 dias

(e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Individual	
	1º semestre	
	2018	2017
Saldo inicial do semestre	49.463	78.274
Complemento líquido de reversão	17.451	9.641
Baixas líquido dos valores recuperados	(2.952)	(13.178)
Saldo final do semestre	63.962	74.737

	Consolidado	
	1º semestre	
	2018	2017
Saldo inicial do semestre	60.358	100.217
Complemento líquido de reversão	17.999	14.383
Baixas líquido dos valores recuperados	(3.610)	(14.229)
Saldo final do semestre	74.747	100.371

A provisão atingiu o saldo de R\$ 63.962 (31/12/2017 R\$ 49.463) e consolidado R\$ 74.747 (31/12/2017 R\$ 60.358), correspondente a 2,0% (31/12/2017 1,4%) e 2,2% no consolidado (31/12/2017 1,6%) do total

Notas Explicativas

da carteira, desconsiderando o montante de repasses interfinanceiros e fianças prestada. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas.

No semestre foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 3.494 (2017 R\$ 13.239) e consolidado R\$ 4.231 (2017 R\$ 14.291) e ocorreram recuperações no montante de R\$ 1.699 (2017 R\$ 1.350) e consolidado R\$ 1.837 (2017 R\$ 1.554). O saldo dos créditos renegociados era de R\$ 8.949 (31/12/2017 R\$ 12.075) e consolidado R\$ 24.732 (31/12/2017 R\$ 31.096). O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco.

07. CARTEIRA DE CÂMBIO

	Individual e Consolidado			
	Outros Créditos		Outras Obrigações	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Câmbio comprado a liquidar	176.764	154.618	-	-
Câmbio vendido a liquidar	-	-	909	222
Direitos sobre vendas de câmbio	900	222	-	-
Obrigações por compras de câmbio	-	-	155.894	149.643
Adiantamentos recebidos	(900)	(210)	-	-
Adiantamentos s/contratos de câmbio	-	-	(152.042)	(149.431)
Rendas a receber	2.252	1.946	-	-
Total	179.016	156.576	4.761	434

As responsabilidades por créditos abertos para importação no valor de R\$ 23.949 (31/12/2017 R\$ 29.044) estão registradas em contas de compensação.

08. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	Individual		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Títulos e créditos a receber (i)	913.853	551.681	913.853	551.681
Créditos tributários (nota nº 9 “b”)	88.609	81.278	110.174	100.267
Depósitos judiciais	43.474	42.943	89.493	88.320
Tributos antecipados	6.168	4.414	11.002	9.069
Outros	1.627	906	2.268	1.384
Total	1.053.731	681.222	1.126.790	750.721

(i) Refere-se a títulos de crédito a receber sem coobrigação do cedente, ou retenção de riscos e benefícios, com vencimento até 25/04/2019 à taxa de 7,08 % ao ano até 19,86 % ao ano.

Notas Explicativas

09. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	Individual	
	1º semestre	
	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	27.666	38.853
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (i)	(12.450)	(17.484)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Juros sobre o capital próprio	3.726	5.738
Contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e garantias prestadas	299	899
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.524)	1.592
Créditos amortizados para prejuízo	(523)	(5.858)
Equivalência patrimonial	7.922	9.292
Ajustes ao valor de mercado e diferenças de curvas de títulos, derivativos e obrigações por empréstimos	1.660	(3.472)
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	1.660	2.562
Obrigações fiscais diferidas	98	(2.627)
Ativo fiscal diferido	2.472	10.110
Outros valores	402	845
Imposto de renda e contribuição social	(1.258)	1.597
Sendo:		
Impostos correntes	(3.828)	(5.886)
Impostos diferidos	2.570	7.483
Resultado contabilizado	(1.258)	1.597

(i) Vide nota explicativa nº 02 “h”.

(b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	Individual			
	31/12/2017	Constituição	Realização	30/06/2018
Contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e garantias prestadas	12.318	2.264	(2.530)	12.052
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.785	19.939	(14.140)	25.584
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	35.425	-	(1.471)	33.954
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	2.480	6.202	(3.026)	5.656
Outros créditos tributários	11.270	4.319	(4.226)	11.363
TOTAL - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	81.278	32.724	(25.393)	88.609
Obrigações fiscais diferidas	(1.103)	(2.153)	2.396	(860)
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS LÍQUIDOS DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS	80.175			87.749
% sobre patrimônio líquido	5,7%			6,2%

A Administração do Banco, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 30/06/2018, estimou que a realização destes créditos tributários ocorrerá na seguinte proporção:

Realização dos Créditos Tributários	Realização					
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano
	38%	16%	9%	12%	15%	10%

O valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas, calculados com base na taxa Selic é de 30/06/2018 R\$ 68.986. No individual os créditos tributários não ativados referente a majoração da alíquota da CSLL, totalizavam R\$ 6.200 (31/12/2017 R\$ 5.321).

Notas Explicativas

10. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

(a) Composição dos recursos captados

	Individual		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Depósitos interfinanceiros	1.499.333	1.680.301	794.307	783.992
Depósitos a prazo	109.783	73.489	109.783	73.489
Total de depósitos	1.609.116	1.753.790	904.090	857.481
Captações no mercado aberto	1.495.110	1.650.561	1.495.110	1.650.561
Recursos de aceites e emissão de títulos	6.312.097	5.463.831	7.516.320	6.874.640
Letras financeiras	5.667.301	5.042.682	5.667.301	5.042.682
Letras de crédito do agronegócio	644.796	421.149	644.796	421.149
Letras de arrendamento mercantil	-	-	1.204.223	1.410.809
Obrigações por empréstimos no país	309.896	145.462	309.896	145.462
Obrigações por empréstimos no exterior	181.983	147.211	181.983	147.211
Obrigações por repasses do país	868.856	1.364.260	868.856	1.364.260
Obrigações por repasses do exterior	15.705	6.113	15.705	6.113
Total – Recursos captados	10.792.763	10.531.228	11.291.960	11.045.728

(i) Conforme nota explicativa nº 06.

(b) Composição de recursos captados por prazos de vencimento

	Individual				Total 30/06/2018
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos interfinanceiros	1.476.574	12.445	10.314	-	1.499.333
Depósitos a prazo (i)	50.880	29.691	29.212	-	109.783
Total de depósitos	1.527.454	42.136	39.526	-	1.609.116
Captações no mercado aberto	1.495.110	-	-	-	1.495.110
Recursos de aceites e emissão de títulos	749.806	901.120	4.598.950	62.221	6.312.097
Letras financeiras	565.065	633.065	4.406.950	62.221	5.667.301
Letras de crédito do agronegócio	184.741	268.055	192.000	-	644.796
Obrigações por empréstimos no país	-	-	309.896	-	309.896
Obrigações por empréstimos no exterior	100.888	81.095	-	-	181.983
Obrigações por repasses do país(ii)	216.675	144.442	326.374	181.365	868.856
Obrigações por repasses do exterior	-	15.705	-	-	15.705
Total – Recursos captados	4.089.933	1.184.498	5.274.746	243.586	10.792.763
% Concentração por Prazo	37,9%	11,0%	48,9%	2,3%	100,0%

Notas Explicativas

	Individual				
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Total 31/12/2017
Depósitos interfinanceiros	1.668.247	12.054	-	-	1.680.301
Depósitos a prazo (i)	38.728	23.550	11.211	-	73.489
Total de depósitos	1.706.975	35.604	11.211	-	1.753.790
Captações no mercado aberto	1.650.561	-	-	-	1.650.561
Recursos de aceites e emissão de títulos	325.248	1.151.646	3.948.312	38.625	5.463.831
Letras financeiras	214.815	946.854	3.842.388	38.625	5.042.682
Letras de crédito do agronegócio	110.433	204.792	105.924	-	421.149
Obrigações por empréstimos no país	145.462	-	-	-	145.462
Obrigações por empréstimos no exterior	43.927	103.284	-	-	147.211
Obrigações por repasses do país	64.427	773.797	341.539	184.497	1.364.260
Obrigações por repasses do exterior	-	6.113	-	-	6.113
Total – Recursos captados	3.936.600	2.070.444	4.301.062	223.122	10.531.228
% Concentração por Prazo	37,4%	19,7%	40,8%	2,1%	100,0%
	Consolidado				
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Total 30/06/2018
Depósitos interfinanceiros	771.548	12.445	10.314	-	794.307
Depósitos a prazo (i)	50.880	29.691	29.212	-	109.783
Total de depósitos	822.428	42.136	39.526	-	904.090
Captações no mercado aberto	1.495.110	-	-	-	1.495.110
Recursos de aceites e emissão de títulos	798.448	1.208.774	5.420.404	88.694	7.516.320
Letras financeiras	565.065	633.065	4.406.950	62.221	5.667.301
Letras de crédito do agronegócio	184.741	268.055	192.000	-	644.796
Letras de arrendamento mercantil	48.642	307.654	821.454	26.473	1.204.223
Obrigações por empréstimos no país	-	-	309.896	-	309.896
Obrigações por empréstimos no exterior	100.888	81.095	-	-	181.983
Obrigações por repasses do país(ii)	216.675	144.442	326.374	181.365	868.856
Obrigações por repasses do exterior	-	15.705	-	-	15.705
Total – Recursos captados	3.433.549	1.492.152	6.096.200	270.059	11.291.960
% Concentração por Prazo	30,4%	13,2%	54,0%	2,4%	100,0%

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Total 31/12/2017
Depósitos interfinanceiros	771.938	12.054	-	-	783.992
Depósitos a prazo (i)	38.728	23.550	11.211	-	73.489
Total de depósitos	810.666	35.604	11.211	-	857.481
Captações no mercado aberto	1.650.561	-	-	-	1.650.561
Recursos de aceites e emissão de títulos	473.036	1.422.674	4.883.802	95.128	6.874.640
Letras financeiras	214.815	946.854	3.842.388	38.625	5.042.682
Letras de crédito do agronegócio	110.433	204.792	105.924	-	421.149
Letras de arrendamento mercantil	147.788	271.028	935.490	56.503	1.410.809
Obrigações por empréstimos no país	145.462	-	-	-	145.462
Obrigações por empréstimos no exterior	43.927	103.284	-	-	147.211
Obrigações por repasses do país	64.427	773.797	341.539	184.497	1.364.260
Obrigações por repasses do exterior	-	6.113	-	-	6.113
Total – Recursos captados	3.188.079	2.341.472	5.236.552	279.625	11.045.728
% Concentração por Prazo	28,9%	21,2%	47,4%	2,5%	100,0%

(i) Os depósitos a prazo foram classificados de acordo com seus vencimentos contratuais e incluem o montante de R\$ 106.636 (31/12/2017 R\$ 49.963), referentes às captações com compromisso de liquidez que podem ser resgatados antecipadamente pelos clientes, todos registrados na B3.

(ii) Representado por: Operações de BNDES, com vencimentos até 15/05/2023 à taxa pré-fixada de 4,50% até 9,50% ao ano, pós-fixada de 0,90% até 4,00% ao ano mais TJLP, pós-fixada de 4,09 % ao ano mais TLP-IPC, pós-fixada de 1,70% até 2,88% ao ano mais SELIC e pós-fixada de 1,80% até 2,30% ao ano mais UMBNDES (Cesta de moedas do BNDES); Operações de FINAME, com vencimentos até 15/12/2025 à taxa pré-fixada até 16,14% ao ano, pós-fixada de 1,40% até 4,00% ao ano mais TJLP, pós-fixada de 4,09 % até 4,90% ao ano mais TLP-IPC, pós-fixada de 1,70% a 2,10% ao ano mais UMBNDES (Cesta de moedas BNDES), pós-fixada de 2,00% ao ano mais dólar e pós-fixada de 1,70% até 2,48% ao ano mais SELIC.

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES**(a) Fiscais e previdenciárias**

	Individual		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	3.801	4.691	6.921	5.769
Provisão para impostos e contribuição sobre o lucro	-	-	4.881	594
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 09 b)	860	1.103	3.254	3.372
Total	4.661	5.794	15.056	9.735

(b) Diversas

	Individual		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Provisão para despesas de pessoal e administrativas	11.630	12.878	14.180	15.510
Provisão para garantias prestadas (nota 12)	11.628	13.373	11.628	13.373
Provisão para riscos fiscais e previdenciárias (nota 12)	11.619	10.594	16.986	17.296
Provisão para contingências trabalhistas (nota 12)	5.612	6.754	6.324	7.482
Provisão para contingências civeis (nota 12)	1.273	76	3.048	2.428
Credores diversos (i)	5.790	1.834	6.051	2.673
Total	47.552	45.509	58.217	58.762

(i) Composto principalmente por carteira de crédito - valores a processar / liberar.

Notas Explicativas

12. PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco e suas controladas, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas informações trimestrais são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas variações no semestre estão demonstradas a seguir:

	Individual				Consolidado			
	Fiscais e Previdenciárias		Prestitos e Garantias		Fiscais e Previdenciárias		Prestitos e Garantias	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(a)	(b)	(c)	(d)
Saldo inicial em 01/01/2018	10.594	6.754	76	13.373	17.296	7.482	2.428	13.373
(+) Complemento de provisão	765	1.117	1.244	2.273	992	1.117	1.351	2.273
(+) Atualização de provisão	261	-	-	-	300	-	-	-
(-) Reversão de provisão	(1)	-	(47)	(4.018)	(1.602)	-	(686)	(4.018)
(-) Baixa por pagamento	-	(2.259)	-	-	-	(2.275)	(45)	-
Saldo final em 30/06/2018	11.619	5.612	1.273	11.628	16.986	6.324	3.048	11.628

(a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial.

As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável. Essas provisões encontram-se registradas no exigível a longo prazo, na rubrica “provisão para contingências” do grupo “outras obrigações - diversas”, e levam em conta as datas esperadas de pagamento.

Passivos contingentes de natureza fiscal e previdenciária, classificados como risco de perda possível:

O Banco e suas controladas possuem outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº. 3.823, de 16/12/2009, do Conselho Monetário Nacional, no montante de R\$ 541 (31/12/2017 R\$ 551) e consolidado R\$ 11.289 (31/12/2017 R\$ 10.397).

O Banco e suas controladas deixaram de divulgar:

- A contingência referente à discussão sobre a aplicabilidade da Lei nº 9.718/1998, no tocante à base de cálculo do PIS, para fazer incidir tal contribuição sobre todas as receitas das instituições financeiras, e não apenas sobre suas receitas de prestação de serviços, em razão da adesão ao PERT em 31/08/2017 e consequente pagamento dos débitos nos termos do referido programa.
- A contingência referente aos autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil sob alegação de não pagamento de tributos nas operações de desmutualização e venda de ações da B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, bem como da incorporação das ações da Bovespa Holding pela Nova Bolsa, tendo em vista a quitação dos débitos nos termos do PERT em 31/08/2017 e consequente pagamento dos débitos nos termos do referido programa.

(b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada no passivo circulante e exigível a longo prazo, na rubrica “provisão para passivos contingentes” do grupo

Notas Explicativas

“outras obrigações – diversas”, e leva em conta as datas esperadas de pagamento (vide nota explicativa nº 11 “b”).

As ações de natureza trabalhista para as quais foi constituída provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pelo Banco e por suas controladas a esse título.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram, no individual e consolidado, o montante de R\$ 2.568 (31/12/2017 R\$ 4.044) na data destas informações trimestrais.

(c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada no passivo circulante e exigível a longo prazo, na rubrica “provisão para passivos contingentes” do grupo “outras obrigações – diversas”. Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 616 (31/12/2017 R\$ 1.745) e consolidado R\$ 7.350 (31/12/2017 R\$ 8.342) na data destas informações trimestrais, representadas principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

(d) A provisão para garantias financeiras prestadas foi constituída com base na melhor estimativa no montante não recuperável da garantia, caso tal desembolso seja provável. Os montantes garantidos eram de R\$ 1.687.252 (31/12/2017 R\$ 1.384.198) referente a fianças prestadas e de R\$ 23.949 (31/12/2017 R\$ 29.044) referente a créditos abertos para importação. As provisões constituídas eram, respectivamente: R\$ 11.508 (31/12/2017 R\$ 13.087) e R\$ 120 (31/12/2017 R\$ 286).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Dividido em 53.482.129 (31/12/2017 53.812.129) ações ordinárias e 35.118.455 (31/12/2017 35.118.455) ações preferenciais, sem valor nominal. É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/04/2018, homologada pelo Banco Central do Brasil em 07/06/2018, aprovou o aumento do capital social para R\$ 679.000 mediante incorporação de reservas de lucros no montante de R\$ 26.000.

(b) Dividendos

O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 35 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei n.º 9.249 de 26.12.1995.

Notas Explicativas

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Lucro líquido do semestre	26.408	40.450
(-) Reserva legal	(1.320)	(2.023)
Lucro líquido ajustado	25.088	38.427
Juros sobre o capital próprio - valor bruto	8.279	12.750
(-) Imposto de renda na fonte - 15%	(1.242)	(1.913)
Juros sobre o capital próprio - valor líquido	7.037	10.837
% sobre o lucro líquido ajustado	28%	28%

Para o semestre foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 8.279 (2017 R\$ 12.750), correspondendo ao valor bruto de R\$ 235,75 (2017 R\$ 247,14) por lote de mil ações preferenciais e no 1º semestre/2017 R\$ 75,64 por lote de mil ações ordinárias.

A adoção do pagamento de juros sobre o capital próprio aumentou o resultado do Banco em R\$ 3.726 (2017 R\$ 5.738) face ao benefício fiscal obtido. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Circular BACEN nº 2.739/97, Deliberação CVM nº 207/96 e em atendimento às disposições fiscais.

(c) Reserva de lucros

	Individual e Consolidado	
	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Reserva estatutária - Para aumento de capital	477.907	488.780
Reserva estatutária - Especial para dividendos	127.001	125.319
Reserva legal	91.435	90.115
Reserva de lucros a realizar (i)	34.444	34.444
Total	<u>730.787</u>	<u>738.658</u>

(i) A realização da reserva de lucros a realizar ocorre na medida em que as reservas de lucros nas controladas forem efetivamente realizadas ou distribuídas. No semestre não foi realizada a parcela de reserva de lucros a realizar em conformidade com a Lei nº 6.404/76, com alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01, tendo em vista que sua controlada BRI Participações Ltda. não distribuiu efetivamente parcela de seus lucros.

(d) Ações em tesouraria:

Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, inciso IX, do Estatuto Social da Companhia, em 13 de novembro de 2017 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para cancelamento, no valor total de até R\$ 2.070, sem redução de capital social.

Durante os períodos de novembro/2017 a maio/2018 foram adquiridas (e mantidas em tesouraria até 19/06/2018) 330.000 ações ordinárias, no montante de R\$ 1.903 mil.

O custo mínimo, médio e máximo por ação ON foi de R\$ 5,30, R\$ 5,77 e R\$ 6,05, respectivamente.

Em reunião realizada em 19/06/2018, o Conselho de Administração aprovou o encerramento do Programa de Recompra de Ações e o cancelamento das ações adquiridas no referido Programa, sem redução do valor do capital social.

Notas Explicativas

Em função do cancelamento, o capital social de R\$ 679.000, passa a ser dividido em 88.600.584 ações escriturais, sem valor nominal, das quais 53.482.129 ordinárias e 35.118.455 preferenciais, não conversíveis em ordinárias.

14. RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

(a) Rendas de operações de crédito

	1º semestre	
	Individual e Consolidado	
	2018	2017
Rendas de financiamentos	77.514	65.225
Rendas de empréstimos e repasses interfinanceiros	43.393	75.988
Rendas de cessão de crédito	-	412
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.158	1.289
Total	122.065	142.914

(b) Resultado de operações de arrendamento mercantil

	1º semestre	
	Consolidado	
	2018	2017
Rendas de arrendamento financeiro	16.135	11.518
Resultado na alienação de bens de arrendamento	4.694	9.702
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	60	205
Total	20.889	21.425

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

Notas Explicativas

	30/06/2018	31/12/2017	1º semestre	
			2018	2017
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades	153	2.136	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	153	2.136	-	-
Banco Alfa S.A.	153	2.136	-	-
Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros (1)	2.186.796	1.602.113	68.954	57.241
- Controlada	(705.026)	(896.309)	(24.265)	(54.622)
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	(15.579)	(31.987)	(713)	(5.421)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(689.447)	(864.322)	(23.552)	(49.201)
- Outras partes relacionadas (1)	2.891.822	2.498.422	93.219	111.863
Banco Alfa S.A.	(56.382)	(51.863)	(1.361)	(2.724)
Financeira Alfa S.A.-CFI	2.948.204	2.550.285	94.580	114.587
Aplicações (Captações) no mercado aberto	2.940	418	97	186
- Outras partes relacionadas (1)	2.940	418	97	186
Banco Alfa S.A.	2.940	418	97	186
Negociação e intermediação de valores	123	(586)	-	-
- Controlada	123	(586)	-	-
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	123	(586)	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(3.476)	(4.913)	(5.275)	(9.024)
- Controlada	1.007	257	-	-
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	750	-	-	-
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	257	257	-	-
- Controlador	(2.632)	(3.035)	(3.097)	(6.592)
Alfa Holdings S.A.	-	-	-	(1.191)
Consórcio Alfa de Administração S.A.	-	-	-	(1.188)
Corumbal Participações e Administrações	(2.630)	(3.033)	(3.094)	(4.211)
Pessoa física	(2)	(2)	(3)	(2)
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	(1.849)	(2.132)	(2.176)	(2.429)
- Outras partes relacionadas (1)	(2)	(3)	(2)	(3)
Pessoa física	(2)	(3)	(2)	(3)
Recursos de emissão de títulos	(98.171)	(92.278)	(3.428)	(4.498)
- Controlador	(20.417)	(19.753)	(664)	(1.070)
Corumbal Participações e Administrações	(20.417)	(19.753)	(664)	(1.070)
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	(16.995)	(21.299)	(832)	(975)
- Outras partes relacionadas (1)	(60.759)	(51.226)	(1.932)	(2.453)
Pessoa física	(60.759)	(51.226)	(1.932)	(2.453)
Outras transações (2)	692	606	(4.134)	(3.941)
- Controlada	84	36	4	2
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	46	-	-	-
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	38	36	4	2
- Outras partes relacionadas (1)	608	570	(4.138)	(3.943)
Banco Alfa S.A.	35	38	-	-
Financeira Alfa S.A.-CFI	313	269	-	-
Metro Dados Ltda.	-	-	-	(461)
Metro Sistemas e Informática Ltda.	-	-	(909)	(990)
Metro Táxi Aéreo Ltda.	-	-	(317)	(372)
Metro Tecnologia e Informática Ltda.	1	1	(2.912)	(2.120)
Alfa Seguradora S.A.	195	197	-	-
Agropalma S.A.	33	34	-	-
Outras	31	31	-	-

Notas Explicativas

Todas as transações entre o Banco e partes relacionadas são efetuadas a preços e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

(1) Realizadas com pessoas físicas e/ou jurídicas, não se tratando de controladoras, controladas ou coligadas.

(2) Referem-se basicamente, à sublocação de imóvel com empresas do Conglomerado Financeiro Alfa de acordo com contrato mantido entre as partes e serviços contratados junto a entidades do Conglomerado Financeiro Alfa.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho de Administração e Diretoria.

No semestre, no individual, o montante registrado foi de R\$ 6.217 (2017 R\$ 6.936) para os membros do Conselho de Administração e Diretoria.

O Banco não possui para o pessoal-chave da Administração, benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho.

(b.1) Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;

- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;

- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pela instituição empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(c) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária, em 30 de junho de 2018: Ordinárias 3,637%, Preferenciais 26,288% e do total de ações de 12,582%.

16. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Conglomerado Financeiro Alfa. O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades do Conglomerado Financeiro Alfa são realizados por área independente através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições assumidas através de técnicas específicas, consoantes às diretrizes estabelecidas pela Administração.

A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

Notas Explicativas

Risco de mercado - O risco de mercado está relacionado à probabilidade de perda decorrente dos impactos de flutuações dos preços e taxas de mercado sobre as posições ativas e passivas da carteira própria do Conglomerado Financeiro Alfa. A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de VaR (*Value at Risk*) definidos pelo comitê de gestão de risco de mercado e seu cumprimento acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras, através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. A metodologia para apuração do VaR é baseada no modelo paramétrico. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de stress em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado, em conformidade com as regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

Risco de liquidez - O controle e estratégia de liquidez são decididos pelo comitê de caixa que se reúne diariamente antes do início das operações, com o objetivo de avaliar o comportamento dos diversos mercados de juros, dólar e bolsas, domésticos e internacionais, bem como, definir as estratégias do dia e avaliar o fluxo de caixa das empresas financeiras. O comitê de caixa gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e de grande liquidez, cujas posições são monitoradas on-line e casadas cuidadosamente quanto a moedas e prazos. Adicionalmente, a gestão do risco de liquidez utiliza-se de fluxo de caixa projetado para atendimento das regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil, adotando-se as premissas de fluxo de vencimento das operações financeiras, fluxo de caixa de despesas, o nível de atraso nas carteiras e antecipação de passivos. O Conglomerado Financeiro Alfa possui um plano de contingência para riscos de liquidez, pautado pela prudência, estruturado para cenários de adversidade e em constante evolução. Este plano considera um caixa mínimo necessário, a liquidez dos ativos e linhas de crédito disponíveis em cenário de adversidade.

Risco de crédito - é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes, dentre outras, mas principalmente, das seguintes situações:

- (a) Da inadimplência dos tomadores de crédito (pessoas físicas, empresas, instituições financeiras) na liquidação dos compromissos assumidos sobre posições de empréstimos, ativos financeiros e/ou seus respectivos instrumentos derivativos.
- (b) Da possibilidade de desembolsos financeiros para honrar avais, fianças, compromissos de crédito, coobrigações ou operações de natureza semelhante.
- (c) De possíveis renegociações, em termos mais desfavoráveis, das condições pactuadas na operação original.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Conglomerado Financeiro Alfa deve permitir a identificação, mensuração e controle dos riscos associados às operações de crédito, bem como a aplicação de mitigadores a estes riscos, em conformidade com as regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil. Ressalta-se que este objetivo estende-se a todas as empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

O Conglomerado Financeiro Alfa visando maior celeridade no processo de concessão de crédito utiliza-se, no segmento de varejo, na empresa Financeira Alfa S.A-CFI, de modelos estatísticos para avaliação do risco de crédito, o qual, aprovado pelo comitê de crédito e primando pela prudência que caracteriza a forma de atuar do Conglomerado Financeiro Alfa, busca coletar informações que permitam avaliar caráter, idoneidade e histórico positivo de crédito, geração de renda, estabilidade profissional e outras

Notas Explicativas

informações externas disponíveis. Este modelo está em constante evolução com vistas a capturar o maior número de informações relevantes para permitir segurança na concessão de crédito. No segmento de atacado, as operações de crédito são analisadas individualmente no comitê de crédito do Conglomerado Financeiro Alfa e se baseiam em um profundo conhecimento das atividades, situação patrimonial e financeira dos clientes e seu histórico de crédito.

Risco operacional - A gestão de risco operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais aos quais o Conglomerado Financeiro Alfa está sujeito e a consequente adoção de medidas preventivas, em conformidade com as regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Em conformidade com a política institucional, o gerenciamento do risco operacional é de responsabilidade do departamento de gestão de riscos. Este departamento reporta-se diretamente à Diretoria de Crédito, que além de coordenar atividades inerentes ao processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de prevenção ao risco operacional pelo Conglomerado Financeiro Alfa. É sua responsabilidade reportar ao comitê de controles de risco operacional a identificação e ações para correção de eventuais deficiências de controle e gerenciamento de riscos operacionais. Cabe ressaltar que as medidas tomadas e registradas em atas neste comitê são acompanhadas diretamente pela Presidência e Conselho de Administração do Conglomerado Financeiro Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

Conforme regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), estão disponíveis no site www.alfanet.com.br.

17. ÍNDICE DE CAPITAL

As instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo patrimônio de referência mínimo requerido (PRMR) em relação aos ativos ponderados pelo risco (RWA). O PRMR é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

O Conglomerado Financeiro Alfa, em 30 de junho de 2018, atingiu índice de capital de 19,21% (31/12/2017 20,35%) calculado a partir do conceito de “Consolidado Prudencial”, nos termos da Resolução CMN nº 4.192 de 28/02/2013, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, quando comparado aos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal, determinados pelo Banco Central do Brasil para 2018, que equivale a 10,5% (PR 8,625% + ACP 1,875%).

Notas Explicativas**Conglomerado Prudencial Alfa**

	Prudencial (1)	
	30/06/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência – Nível I	2.342.884	2.318.115
Capital Principal	2.342.884	2.318.115
Patrimônio Líquido	2.383.277	2.351.429
(-) Ajustes Prudenciais	(40.393)	(33.314)
Patrimônio de Referência (PR)	2.342.884	2.318.115
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	12.196.421	11.390.309
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	10.007.077	9.659.730
Risco de Mercado	1.024.034	652.222
Risco Operacional	1.165.310	1.078.357
Patrimônio de Referência Mínimo Exigido	1.051.941	1.053.604
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal	228.683	142.379
Índice de Basileia	19,21%	20,35%
Capital de Nível I	19,21%	20,35%
Capital Principal	19,21%	20,35%

(1) Conforme a Resolução nº 4.278 de 31/10/2013, a partir da data-base janeiro de 2015, o índice de Capital passou a ser apurado a partir do conceito de "Consolidado Prudencial".

Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º trimestre de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748 de 26/02/2015 do Banco Central do Brasil, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantido pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). Em 30 de junho de 2018, o Índice de Alavancagem do conglomerado prudencial Alfa é de 15,83 % (31/12/2017 15,36%).

Ajuste Prudencial: Em atendimento a Resolução nº 4.277 de 31/10/2013, com nova redação pela Resolução nº 4.389 de 18/12/2014 do Conselho Monetário Nacional, foram analisados os instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado para eventual ajuste prudencial.

A Administração do Conglomerado Financeiro Alfa não identificou ajustes a serem realizados, tendo em vista que os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente, cujos preços foram baseados em informações independentes, em que o preço refletia adequadamente o valor líquido provável de realização.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tanto para atender as necessidades de seus clientes como na execução de sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos contidos nos instrumentos financeiros em operações comerciais e financeiras, podendo-se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para o Banco e suas controladas, com acompanhamento pela área de risco e com a autorização do Diretor de Tesouraria.

Notas Explicativas

Para comercializar instrumentos financeiros derivativos com os clientes é necessária a existência de limites de crédito previamente aprovados e tais operações são neutralizadas de forma a eliminar eventuais riscos trazidos para o Banco.

Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos assumidos até 30/06/2018 eram relacionados a taxas pré-fixadas e taxas de câmbio e todas as operações foram efetuadas para neutralizar exposições com outros instrumentos financeiros da carteira. Portanto, na referida data base não havia instrumentos financeiros derivativos com outros objetivos que não fossem para proteção patrimonial.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, de *swap* e de opções, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas, mercado interfinanceiro (DI), variação cambial ou índice de preços e correspondiam somente a operações para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor de referência, custo amortizado e valor justo.

(a) Instrumentos financeiros derivativos:

	Individual		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Instrumentos financeiros derivativos para negociação	10.165	551	10.165	553
Instrumentos financeiros derivativos para <i>hedge</i> de valor justo	-	(52.977)	-	(52.977)
Total	10.165	(52.426)	10.165	(52.424)
Ativo instrumento financeiro de curto prazo	2.527	553	2.527	555
Ativo instrumento financeiro de longo prazo	8.835	431	8.835	431
Passivo instrumento financeiro de curto prazo	(1.144)	(53.407)	(1.144)	(53.407)
Passivo instrumento financeiro de longo prazo	(53)	(3)	(53)	(3)
Total	10.165	(52.426)	10.165	(52.424)

Notas Explicativas**(b) Instrumentos financeiros derivativos:****Negociação:**

	Individual					
	30/06/2018			31/12/2017		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Pré	100.000	100.589	100.464	-	-	-
Mercado interfinanceiro	100.000	100.536	100.511	-	-	-
Moeda Estrangeira	300.000	309.896	309.896	-	-	-
Índices	70.561	82.767	84.360	68.212	79.548	81.654
Posição ativa	570.561	593.788	595.231	68.212	79.548	81.654
Pré	100.000	100.589	100.464	-	-	-
Mercado interfinanceiro	470.561	484.771	484.725	68.212	81.103	81.103
Posição Passiva	570.561	585.360	585.189	68.212	81.103	81.103
Total- contratos de swaps – exposição líquida	-	8.428	10.042	-	(1.555)	551
Prêmio de opções	-	106	123	-	-	-
Total			10.165			551

	Consolidado					
	30/06/2018			31/12/2017		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Pré	100.000	100.589	100.464	-	-	-
Mercado interfinanceiro	100.000	100.536	100.511	-	-	-
Moeda Estrangeira	300.000	309.896	309.896	-	-	-
Índices	70.561	82.767	84.360	68.212	79.548	81.654
Posição ativa	570.561	593.788	595.231	68.212	79.548	81.654
Pré	100.000	100.589	100.464	-	-	-
Mercado interfinanceiro	470.561	484.771	484.725	68.212	81.103	81.103
Posição passiva	570.561	585.360	585.189	68.212	81.103	81.103
Total - contratos de swaps – exposição líquida	-	8.428	10.042	-	(1.555)	551
Prêmios de opções	-	106	123	-	52	2
Total			10.165			553

Hedge de valor justo:

	Individual e Consolidado					
	30/06/2018			31/12/2017		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Moeda estrangeira	-	-	-	159.200	144.590	145.462
Posição ativa	-	-	-	159.200	144.590	145.462
Mercado interfinanceiro	-	-	-	159.200	198.244	198.439
Posição passiva	-	-	-	159.200	198.244	198.439
Total- contratos de swaps – exposição líquida	-	-	-	-	(53.654)	(52.977)

Notas Explicativas**(c) Contratos de futuros:**

	Individual e Consolidado					
	30/06/2018			31/12/2017		
	Quantidade de Contratos	Valor Referencial	Valor Justo	Quantidade de Contratos	Valor Referencial	Valor Justo
Compromissos de compra – DI	2.085	166.841	-	5.300	408.582	-
Compromissos de venda – DI	18.005	(1.766.014)	-	29.405	(2.837.608)	-
Compromissos de compra – Índices	-	-	-	125	9.605	-
Compromissos de venda – Dólar	50	(9.712)	-	265	(43.933)	-
Compromissos de venda – DDI	-	-	-	10	(1.653)	-
Total - contratos futuros	20.140	(1.608.885)	-	35.105	(2.465.007)	-

(d) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

Ativo - Saldo a receber:

	Individual					
	30/06/2018			31/12/2017		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	10.097	-	10.097	984	-	984
Prêmios de opções	1.265	-	1.265	-	-	-
Total	11.362	-	11.362	984	-	984

	Consolidado					
	30/06/2018			31/12/2017		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	10.097	-	10.097	984	-	984
Prêmios de opções	1.265	-	1.265	2	-	2
Subtotal	11.362	-	11.362	986	-	986

Passivo - Saldo a pagar:

	Individual e Consolidado					
	30/06/2018			31/12/2017		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	55	-	55	433	52.977	53.410
Prêmios de opções	1.142	-	1.142	-	-	-
Total	1.197	-	1.197	433	52.977	53.410
Total - Individual	10.165	-	10.165	551	(52.977)	(52.426)
Total - Consolidado	10.165	-	10.165	553	(52.977)	(52.424)

Notas Explicativas

(e) Os instrumentos financeiros derivativos registrados possuíam os seguintes vencimentos:

Individual:

Negociação:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 30/06/2018	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 31/12/2017
Swap	548	712	8.623	159	10.042	(93)	216	431	(3)	551
Prêmios de opções	-	123	-	-	123	-	-	-	-	-
Total	548	835	8.623	159	10.165	(93)	216	431	(3)	551

Hedge de valor justo:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 30/06/2018	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 31/12/2017
Swap	-	-	-	-	-	(52.977)	-	-	-	(52.977)
Total	548	835	8.623	159	10.165	(53.070)	216	431	(3)	(52.426)

Consolidado:

Negociação:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 30/06/2018	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 31/12/2017
Swap	548	712	8.623	159	10.042	(93)	216	431	(3)	551
Prêmios de opções	-	123	-	-	123	2	-	-	-	2
Total	548	835	8.623	159	10.165	(91)	216	431	(3)	553

Hedge de valor justo:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 30/06/2018	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 31/12/2017
Swap	-	-	-	-	-	(52.977)	-	-	-	(52.977)
Total	548	835	8.623	159	10.165	(53.068)	216	431	(3)	(52.424)

(f) Os seguintes resultados foram reconhecidos sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

1º semestre:

	Individual					
	2018			2017		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	9.206	(3.523)	5.683	(687)	(8.122)	(8.809)
Futuro	2.111	-	2.111	(8.614)	-	(8.614)
Prêmios de opções	8	-	8	(310)	-	(310)
Total	11.325	(3.523)	7.802	(9.611)	(8.122)	(17.733)
	Consolidado					
	2018			2017		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	9.206	(3.523)	5.683	(687)	(8.143)	(8.830)
Futuro	2.053	-	2.053	(8.579)	-	(8.579)
Prêmios de opções	(4)	-	(4)	(526)	-	(526)
Total	11.255	(3.523)	7.732	(9.792)	(8.143)	(17.935)

Notas Explicativas

(g) O total do ajuste, de marcação a mercado, registrado no resultado foi de:

1º semestre:

	Individual					
	2018			2017		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	(492)	(677)	(1.169)	820	(2.193)	(1.373)
Prêmios de opções	17	-	17	(310)	-	(310)
Total	(475)	(677)	(1.152)	510	(2.193)	(1.683)

	Consolidado					
	2018			2017		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	(492)	(677)	(1.169)	820	(2.178)	(1.358)
Prêmios de opções	67	-	67	(310)	-	(310)
Total	(425)	(677)	(1.102)	510	(2.178)	(1.668)

(h) Contabilidade de hedge:

Em 2017, o Banco realizou operações de *hedge* de valor justo de exposição de variação cambial representada por operações de captação, realizado nos termos da Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002. Este tipo de operação não ocorreu em 2018.

(h.1) Hedge de valor justo de exposição de variação cambial:

Com relação ao risco de taxa de variação cambial representado por empréstimo em moeda estrangeira, o Banco adotou a prática de se proteger, em consonância com suas políticas de gestão de riscos, levando em consideração as taxas de captação praticadas. A estratégia de *hedge* adotada tem por objetivo proteger o *spread* de suas operações de crédito, arrendamento mercantil e captação.

Através da estratégia de *hedge*, a Administração tem por objetivo proteger o *spread* das operações de variação cambial. Estas operações de *hedge* são realizadas em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, que exige avaliação periódica de efetividade do *hedge* e o registro a mercado tanto do instrumento financeiro derivativo como do item objeto de *hedge*, considerando tratar-se de uma operação de *hedge* de risco de mercado.

No individual e consolidado o valor contábil e de mercado dos itens objeto de hedge na data base de 31/12/2017 eram, respectivamente: R\$ 144.590 e R\$ 145.462. O valor de mercado dos instrumentos derivativos utilizados como hedge eram de R\$ 145.462 de swap ponta ativa e R\$ 198.439 de swap ponta passiva. Em 11/01/2018, no vencimento, as operações foram liquidadas.

(i) Análise de sensibilidade: Em conformidade com a Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, o Banco e suas controladas realizam análises de sensibilidade de suas operações que possam expô-los a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa.

O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: (a) situação de estresse determinada pelo Banco e por suas controladas e aprovado em seu comitê de gestão de riscos de mercado (CGRM), o qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3, na data-base destas informações trimestrais; (b) situação de estresse considerada pelo Banco e por suas controladas com deterioração de, pelo menos, 25%

Notas Explicativas

(vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada e; (c) situação de estresse considerada pelo Banco e por suas controladas com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo, estão sendo apresentado por exigência da Instrução CVM nº 475, entretanto, referem-se a cenários que a Administração do Banco e de suas controladas não acredita que possam ocorrer.

30/06/2018				
Individual				
Exposição	MTM - Exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário (a)	cenário (b)	cenário (c)
Pré-fixado	2.705.281	(5.306)	(6.821)	(13.176)
Consolidado				
Exposição	MTM - Exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário (a)	cenário (b)	cenário (c)
Pré-fixado	2.838.076	(7.315)	(9.369)	(18.134)
31/12/2017				
Individual				
Exposição	MTM - Exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário (a)	cenário (b)	cenário (c)
Pré-fixado	736.347	(10.085)	(20.719)	(40.336)
Consolidado				
Exposição	MTM - Exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário (a)	cenário (b)	cenário (c)
Pré-fixado	903.027	(13.130)	(24.030)	(46.784)

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Outras despesas administrativas

	1º semestre			
	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Processamento de dados	(6.289)	(5.718)	(7.497)	(6.930)
Aluguéis	(2.411)	(2.299)	(2.986)	(2.985)
Serviços técnicos especializados	(1.629)	(2.765)	(2.343)	(3.736)
Serviços de terceiros	(1.284)	(1.157)	(1.392)	(1.232)
Serviços do sistema financeiro	(971)	(1.084)	(1.360)	(1.329)
Vigilância e segurança	(695)	(623)	(768)	(687)
Depreciação e amortização	(668)	(541)	(769)	(627)
Manutenção e conservação de bens	(459)	(532)	(490)	(554)
Viagem	(756)	(631)	(760)	(640)
Comunicações	(495)	(443)	(595)	(590)
Propaganda e publicidade	(668)	(936)	(668)	(936)
Outras despesas administrativas	(1.322)	(1.303)	(1.758)	(1.721)
Total	(17.647)	(18.032)	(21.386)	(21.967)

Notas Explicativas**(b) Outras receitas operacionais**

	1º semestre			
	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Rendas de títulos e créditos	23.561	20.362	23.561	20.362
Reversão de provisões para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e garantias prestadas (i)	1.745	2.020	3.984	3.308
Atualização de tributos a compensar e depósitos judiciais	1.006	2.071	2.138	3.577
Outras	683	688	775	718
Total	26.995	25.141	30.458	27.965

(i) Conforme nota explicativa nº 12.

(c) Outras despesas operacionais

	1º semestre			
	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisão para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e garantias prestadas(i)	(3.339)	(3.255)	(3.711)	(11.769)
Resultado com obrigações por cotas de fundos de investimentos	-	-	-	114
Outras (ii)	(1.175)	(460)	(1.381)	(1.431)
Total	(4.514)	(3.715)	(5.092)	(13.086)

(i) Conforme nota explicativa nº 12.

(ii) Incluí, principalmente despesas com indenizações trabalhistas e cíveis.

(d) Administração de recursos de terceiros: O Banco administra e faz a gestão de Fundos de Investimento de Renda Fixa, de Ações e Multimercado, além de Carteiras Administradas de Particulares, cujos patrimônios líquidos na data do balanço totalizavam R\$ 6.956.870 (31/12/2017 R\$ 6.864.507).

(e) Contratação de seguros: O Conglomerado Financeiro Alfa tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possa acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado Financeiro Alfa era composta por R\$ 75.855 (31/12/2017 R\$ 75.160) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (31/12/2017 R\$ 6.000) e R\$ 2.000 (31/12/2017 R\$ 2.000), para suprir eventuais danos ao Conglomerado Financeiro Alfa.

(f) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados: Em atendimento à Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012, informamos que o Banco e suas controladas não mantêm planos de remuneração em ações (*stock options*) e outros benefícios de pós-emprego a seus empregados.

Notas Explicativas

(g) A Medida Provisória nº 675 de 22/05/2015, foi convertida na Lei nº 13.169, publicada em 07/10/2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

20. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

		Alfa Arrendamento Mercantil (a)	Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários	BRI Participações Ltda. (b)	Total
. Capital social		178.300	161.176	26.868	
. Patrimônio líquido ajustado		323.058	241.893	468.608	
. Lucro do semestre		8.036	3.158	10.908	
. Quantidade de ações ordinárias possuídas		10.416.839	8.000.000	-	
. Quantidade de ações preferenciais possuídas		985.392	8.000.000	-	
. Quantidade de cotas possuídas		-	-	26.867.343	
. % de participação		55,661	100,000	99,999	
. Resultado da avaliação (i)	1º semestre/2018	3.539	3.158	10.908	17.605
	1º semestre/2017	3.016	2.878	14.754	20.648
. Valor contábil do investimento	Em 30/06/2018	179.817	241.893	468.603	890.313
	Em 31/12/2017	176.536	243.258	457.695	877.489

(a) O Banco possui participação direta na Alfa Arrendamento Mercantil S.A de 55,66% e indireta de 44,32% através da empresa BRI Participações Ltda., perfazendo o montante de 99,98%.

(b) A BRI Participações Ltda. realiza gestão de recursos próprios (*cash company*), representados por aplicações financeiras. Possui participação de 44,32% na Alfa Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 143.913 (31/12/2017 R\$ 140.579).

(c) Os investimentos em sociedades controladas não sofreram alterações no decorrer do semestre.

21. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, apresentado na demonstração dos fluxos de caixa está constituído por:

	Individual		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
No início do período	340.037	774.841	544.580	1.005.657
Disponibilidade	2.694	857	5.773	4.597
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	337.343	773.984	538.807	1.001.060
No final do período	883.060	592.897	887.216	798.534
Disponibilidade	5.431	2.037	9.587	5.626
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	877.629	590.860	877.629	792.908
Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa	543.023	(181.944)	342.636	(207.123)

(i) Referem-se a operações cujo vencimento na data da aplicação era igual ou inferior a 90 dias.

Notas Explicativas

22. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS

Estas informações trimestrais foram elaboradas, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, através da Circular nº 1.273, de 29/12/1987 (COSIF). A Resolução CMN nº 3.786, de 24/09/2009 e as Circulares BACEN nº 3.472, de 27/10/2009 e nº 3.516, de 02/12/2010, estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo *IASB- International Accounting Standards Board*.

Conforme estabelecido na Resolução do CMN, o Banco divulgou em seu “*website*”, em março de 2018, suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e 2016 preparadas de acordo com o IFRS. A Administração acredita que as diferenças entre o lucro líquido e o patrimônio líquido para 30 de junho de 2018 não são significativamente diferentes, quanto a sua natureza ou seus valores, das apresentadas na reconciliação de 31 de dezembro de 2017, divulgada nas demonstrações financeiras em IFRS e não incorporadas nestas informações trimestrais.

ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS
CONTADORA
CRC 1SP 232846/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao

Conselho de Administração e Acionistas do

Banco Alfa de Investimento S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do Banco Alfa de Investimento S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações dos resultados e do resultados abrangente para o trimestre e semestre findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação não é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de agosto de 2018.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri

Contador CRC 1SP153569/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

CNPJ/MF n.º 60.770.336/0001 65 e NIRE 35 3 0005322 2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram: (i) o Estudo Técnico de viabilidade de geração de lucros tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários"; (ii) o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Intercalares encerradas em 30.06.2018, e dos respectivos Pareceres do Conselho de Administração e dos Auditores Independentes; e (iii) a Proposta da Diretoria para pagamento de juros sobre o capital próprio aos titulares de ações preferenciais.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

Antonio Celso Amaral Salles

José Antonio Rigobello

Rubens Barletta

Rogério Rey Betti

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RESUMO DO RELATORIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018

Introdução

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se 9 vezes no período de fevereiro a junho de 2018, com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, compliance, combate à lavagem de dinheiro, gerenciamento e controle de riscos, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, aprovação do plano anual da auditoria interna, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e BM&FBOVESPA, discutindo as providências adotadas.

Administração de Riscos

O Comitê avaliou, em reuniões com a área de Gestão de Riscos, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos no Conglomerado, enfatizando os riscos de: crédito, liquidez, mercado, operacional, gestão de capital, socioambiental e os impactos da resolução BACEN nº 4.557, com destaque à observância das normas aplicáveis, na conformidade da legislação vigente, incluindo os prazos nela estabelecidos, e dos trabalhos de revisão e atualização das políticas e procedimentos dos diversos riscos, os quais são submetidos à aprovação anual do Conselho da Administração. Com a criação do Comitê de Risco e a participação de um membro do Comitê da Auditoria no citado Comitê, espera-se uma sinergia entre os Comitês. Deverá haver uma visão estratégica com a Diretoria de Risco e a continuidade do trabalho que o Comitê faz junto à Gerência Geral de Gestão de Riscos.

Ouvidoria

Foi acompanhada, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos e monitoramento de atividades, as quais foram referendadas de acordo com as normas da Resolução BACEN nº 4.433, de 23/07/2015, e das Circulares BACEN nº 3.778, de 30 de dezembro de 2015 e nº 3.503, de 16/07/2010, excluídos os artigos 1º e 2º. Deverá acompanhar a partir de 02 de julho de 2018, data que entram em vigor, os efeitos da Resolução BACEN nº 4.629, de 25/01/2018 e da Circular nº 3.881, de 02/07/2018.

Controles Internos

O Comitê considerou eficazes as atividades desenvolvidas, entendendo-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o cumprimento das regras internas e legais vigentes, constatando-se a preocupação com o aprimoramento dos sistemas de prevenção à lavagem de dinheiro. O monitoramento, por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é objeto de análise pela área responsável, auditoria interna e externa, fazendo com que o Comitê julgue o sistema de controles internos adequado ao porte e complexidade de seus negócios.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

Discussão sobre os processos das várias empresas do Conglomerado com relação à prevenção de lavagem de dinheiro, tendo em vista às suspeições ou desabonos que possam existir.

Auditoria Externa e Interna

As empresas responsáveis pela Auditoria externa são a KPMG Auditores Independentes e a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, respectivamente, pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) o planejamento das atividades; b) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado; e c) Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467, de 14 de setembro de 2009.

Relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do segundo e trimestre de 2017 e a do primeiro trimestre de 2018.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se, ainda, que durante esse período, o Comitê de Auditoria, em nenhum momento, foi acionado, nem tampouco se deparou com qualquer situação, que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias, na condução de suas atividades.

Há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada em seus trabalhos, que viessem a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado, daí se concluindo como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

Demonstrações Financeiras

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras e, ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras, com data base de 30 de junho de 2018, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo, 09 de agosto de 2018.

Clóvis de Matos Guedes

Fernando Luiz Ramos Pompeia

José Canuto da Cunha

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

RESUMO DO RELATORIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018

Introdução

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se 9 vezes no período de fevereiro a junho de 2018, com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, compliance, combate à lavagem de dinheiro, gerenciamento e controle de riscos, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, aprovação do plano anual da auditoria interna, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e BM&FBOVESPA, discutindo as providências adotadas.

Administração de Riscos

O Comitê avaliou, em reuniões com a área de Gestão de Riscos, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos no Conglomerado, enfatizando os riscos de: crédito, liquidez, mercado, operacional, gestão de capital, socioambiental e os impactos da resolução BACEN nº 4.557, com destaque à observância das normas aplicáveis, na conformidade da legislação vigente, incluindo os prazos nela estabelecidos, e dos trabalhos de revisão e atualização das políticas e procedimentos dos diversos riscos, os quais são submetidos à aprovação anual do Conselho da Administração. Com a criação do Comitê de Risco e a participação de um membro do Comitê da Auditoria no citado Comitê, espera-se uma sinergia entre os Comitês. Deverá haver uma visão estratégica com a Diretoria de Risco e a continuidade do trabalho que o Comitê faz junto à Gerência Geral de Gestão de Riscos.

Ouvidoria

Foi acompanhada, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos e monitoramento de atividades, as quais foram referendadas de acordo com as normas da Resolução BACEN nº 4.433, de 23/07/2015, e das Circulares BACEN nº 3.778, de 30 de dezembro de 2015 e nº 3.503, de 16/07/2010, excluídos os artigos 1º e 2º. Deverá acompanhar a partir de 02 de julho de 2018, data que entram em vigor, os efeitos da Resolução BACEN nº 4.629, de 25/01/2018 e da Circular nº 3.881, de 02/07/2018.

Controles Internos

O Comitê considerou eficazes as atividades desenvolvidas, entendendo-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o cumprimento das regras internas e legais vigentes, constatando-se a preocupação com o aprimoramento dos sistemas de prevenção à lavagem de dinheiro. O monitoramento, por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é objeto de análise pela área responsável, auditoria interna e externa, fazendo com que o Comitê julgue o sistema de controles internos adequado ao porte e complexidade de seus negócios.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

Discussão sobre os processos das várias empresas do Conglomerado com relação à prevenção de lavagem de dinheiro, tendo em vista às suspeições ou desabonos que possam existir.

Auditoria Externa e Interna

As empresas responsáveis pela Auditoria externa são a KPMG Auditores Independentes e a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, respectivamente, pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) o planejamento das atividades; b) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado; e c) Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467, de 14 de setembro de 2009.

Relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do segundo e trimestre de 2017 e a do primeiro trimestre de 2018.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se, ainda, que durante esse período, o Comitê de Auditoria, em nenhum momento, foi acionado, nem tampouco se deparou com qualquer situação, que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias, na condução de suas atividades.

Há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada em seus trabalhos, que viessem a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado, daí se concluindo como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

Demonstrações Financeiras

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras e, ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras, com data base de 30 de junho de 2018, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo, 09 de agosto de 2018.

Clóvis de Matos Guedes

Fernando Luiz Ramos Pompeia

José Canuto da Cunha

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA: 09 de agosto de 2018. HORÁRIO: 10h00min. LOCAL: Sede social, Alameda Santos, nº 466, 13º andar, São Paulo – SP.

1. Reuniu-se o Conselho de Administração do Banco Alfa de Investimento S.A., presentes seus membros abaixo assinados, com a participação dos membros do Conselho Fiscal, nos termos do § 3º, do Artigo 163 da Lei 6.404/76. Participaram igualmente da reunião, como convidados, Sr. Fabio Alberto Amorosino – Diretor Presidente e o Sr. Marco Antonio Pontieri, representante da KPMG Auditores Independentes. Assumiu a Presidência da Mesa Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro - Presidente do Conselho de Administração.

2. Os Srs. Conselheiros tomaram ciência dos seguintes Relatórios relativos ao 1º semestre de 2018:

2.1. Relatório Semestral de Controles Internos Suitability;

2.2. Relatório Semestral das Atividades do Comitê de Auditoria; e

2.3. Relatório Semestral das Atividades de Ouvidoria.

3. O Senhor Presidente submeteu à análise dos Conselheiros:

3.1 O Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários";

3.2 O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Intercalares encerradas em 30.06.2018, assim como o correspondente Parecer dos Auditores Independentes; e

3.3 A Proposta da Diretoria para pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas.

4. Após análise dos referidos documentos e prestados os esclarecimentos pertinentes, a KPMG Auditores Independentes informou não haver ressalva ou fato negativo a ser comentado, pelo que ratificava seu parecer sobre as Demonstrações Financeiras.

5. Os membros do Conselho de Administração elaboraram então o seguinte PARECER:

“Os membros do Conselho de Administração do Banco Alfa de Investimento S.A. aprovam, por unanimidade:

1. O Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários";

2. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Intercalares encerradas em 30.06.2018, bem como o correspondente Parecer dos Auditores Independentes; e

3. A Proposta da Diretoria de pagamento pela Sociedade, aos acionistas que estiverem inscritos nos seus registros em 14.08.2018, a título de juros sobre o capital próprio o valor de R\$0,23575 por ação preferencial, ressalvado que, sobre este valor, incidirá imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensados da referida tributação. As importâncias pagas, líquidas de imposto de renda na fonte, serão imputadas ao valor dos dividendos obrigatórios previstos em Lei e no Estatuto Social. Esta proposta já está refletida nas aludidas Demonstrações Financeiras. São Paulo, 09 de agosto de 2018. a.a.) Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro. Rubens Garcia Nunes. Luiz Alves Paes de Barros. Fernando Pinto de Moura. Humberto Mourão de Carvalho.”

Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro

Presidente do Conselho de Administração

Fernando Pinto de Moura

Conselheiro

Humberto Mourão de Carvalho

Conselheiro

Luiz Alves Paes de Barros

Conselheiro

Rubens Garcia Nunes

Conselheiro

Convidados:

Fabio Alberto Amorosino

Diretor Presidente

Marco Antonio Pontieri

KPMG Auditores Independentes

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA: 09 de agosto de 2018. HORÁRIO: 10h00min. LOCAL: Sede social, Alameda Santos, nº 466, 13º andar, São Paulo – SP.

1. Reuniu-se o Conselho de Administração do Banco Alfa de Investimento S.A., presentes seus membros abaixo assinados, com a participação dos membros do Conselho Fiscal, nos termos do § 3º, do Artigo 163 da Lei 6.404/76. Participaram igualmente da reunião, como convidados, Sr. Fabio Alberto Amorosino – Diretor Presidente e o Sr. Marco Antonio Pontieri, representante da KPMG Auditores Independentes. Assumiu a Presidência da Mesa Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro - Presidente do Conselho de Administração.

2. Os Srs. Conselheiros tomaram ciência dos seguintes Relatórios relativos ao 1º semestre de 2018:

2.1. Relatório Semestral de Controles Internos Suitability;

2.2. Relatório Semestral das Atividades do Comitê de Auditoria; e

2.3. Relatório Semestral das Atividades de Ouvidoria.

3. O Senhor Presidente submeteu à análise dos Conselheiros:

3.1 O Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários";

3.2 O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Intercalares encerradas em 30.06.2018, assim como o correspondente Parecer dos Auditores Independentes; e

3.3 A Proposta da Diretoria para pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas.

4. Após análise dos referidos documentos e prestados os esclarecimentos pertinentes, a KPMG Auditores Independentes informou não haver ressalva ou fato negativo a ser comentado, pelo que ratificava seu parecer sobre as Demonstrações Financeiras.

5. Os membros do Conselho de Administração elaboraram então o seguinte PARECER:

“Os membros do Conselho de Administração do Banco Alfa de Investimento S.A. aprovam, por unanimidade:

1. O Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários";

2. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Intercalares encerradas em 30.06.2018, bem como o correspondente Parecer dos Auditores Independentes; e

3. A Proposta da Diretoria de pagamento pela Sociedade, aos acionistas que estiverem inscritos nos seus registros em 14.08.2018, a título de juros sobre o capital próprio o valor de R\$0,23575 por ação preferencial, ressalvado que, sobre este valor, incidirá imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensados da referida tributação. As importâncias pagas, líquidas de imposto de renda na fonte, serão imputadas ao valor dos dividendos obrigatórios previstos em Lei e no Estatuto Social. Esta proposta já está refletida nas aludidas Demonstrações Financeiras. São Paulo, 09 de agosto de 2018. a.a.) Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro. Rubens Garcia Nunes. Luiz Alves Paes de Barros. Fernando Pinto de Moura. Humberto Mourão de Carvalho.”

Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro

Presidente do Conselho de Administração

Fernando Pinto de Moura

Conselheiro

Humberto Mourão de Carvalho

Conselheiro

Luiz Alves Paes de Barros

Conselheiro

Rubens Garcia Nunes

Conselheiro

Convidados:

Fabio Alberto Amorosino

Diretor Presidente

Marco Antonio Pontieri

KPMG Auditores Independentes